TRANSPARÊNCIA EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O CASO DA CIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ
1957 - 1996

Prof. Fernando Pereira Tostes
Prof. Doutor do Mestrado em Ciências Contábeis

ABSTRACT

O artigo procura explicar, na Primeira Parte, a importância da boa evidenciação, para quem ela deve ser dirigida, os elementos da informação contábil, as diversas formas de transmití-la e, finalmente, o reflexo no valor de mercado das empresas que melhor evidenciam suas atividades. Na Segunda Parte examina-se, em contexto histórico, a questão da Demonstração Contábil, como forma principal de relacionamento entre os investidores e os administradores. A Terceira Parte procura dar forma prática a parte teórica anterior, trazendo uma análise histórica das Demonstrações Financeiras da Cia de Cigarros Souza Cruz, entre 1957 (relatório disponível mais antigo) e 1997, com intervalos de 10 anos.

1 EVIDENCIAÇÃO

Evidenciação significa divulgar informações relevantes sobre uma empresa, de forma clara e compreensível, de modo a diminuir o grau de incerteza e influenciar a decisão do usuário daquelas informações. Tem a ver com *a maneira* que a informação é divulgada e não tem relação com a obediência aos preceitos legais. Por exemplo, o Quadro I abaixo, mostra o Relatório de Administração da Fundação Sinhá Junqueira.

QUADRO I

RELATÓRIO DA DIRETORIA: A Diretoria Executiva da Fundação Sinhá Junqueira, apresenta o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício 91/92, dando conta das atividades e resultados de suas operações, acompanhados das notas explicativas necessárias, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

São Paulo, 31 de Maio de 1992. A Diretoria.

Ao publicar a informação acima, a Diretoria cumpriu a exigência legal, mas nada informou. O Relatório não tem qualquer *utilidade*.

Nos EUA, diz-se que uma demonstração contábil adota "*Fair Disclosure*" ou "transparência justa", quando procura informar

todas as pessoas da mesma maneira, sem previlegiar investidores institucionais, analistas de fundos de investimento ou profissionais do mercado. Admite-se informar com mais detalhe a estes grupos de investidores, mas os fatos relevantes tem de ser passados a todo o mercado.

Um processo de evidenciação moderno, deve abordar os seguintes aspectos:

1. *O usuário principal da informação*
   No caso de demonstrações financeiras tradicionais, estes são o investidor em ações e o credor. Mais recentemente, a preocupação com o meio ambiente, com o nível de emprego e o aumento da carga tributária, levou a profissão contábil a elaborar demonstrações especiais, voltadas para agências governamentais, sindicatos e outros usuários antes considerados pouco importantes. Além disso, expandiu o escopo das Notas Explicativas e tornou mais objetivas as informações contidas no Relatório de Administração. Na segunda parte deste artigo, o relacionamento usuário-empresa é abordado em mais detalhe.

2. *Um entendimento do processo de comunicação com o público, sua relação com os objetivos da empresa e com o sistema contábil*
   "No fundo, o relatório anual [ao público] é um *projeto*; repete-se a cada ano e, por isso mesmo, tem a vantagem de poder aprimorar-se constantemente com base na experiência".[1]

No Brasil, exige-se dois grupos de informações:

- as prestadas *diretamente* ao público, através dos jornais, e
- as exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que chegam *indiretamente* aos usuários, mediante solicitação.

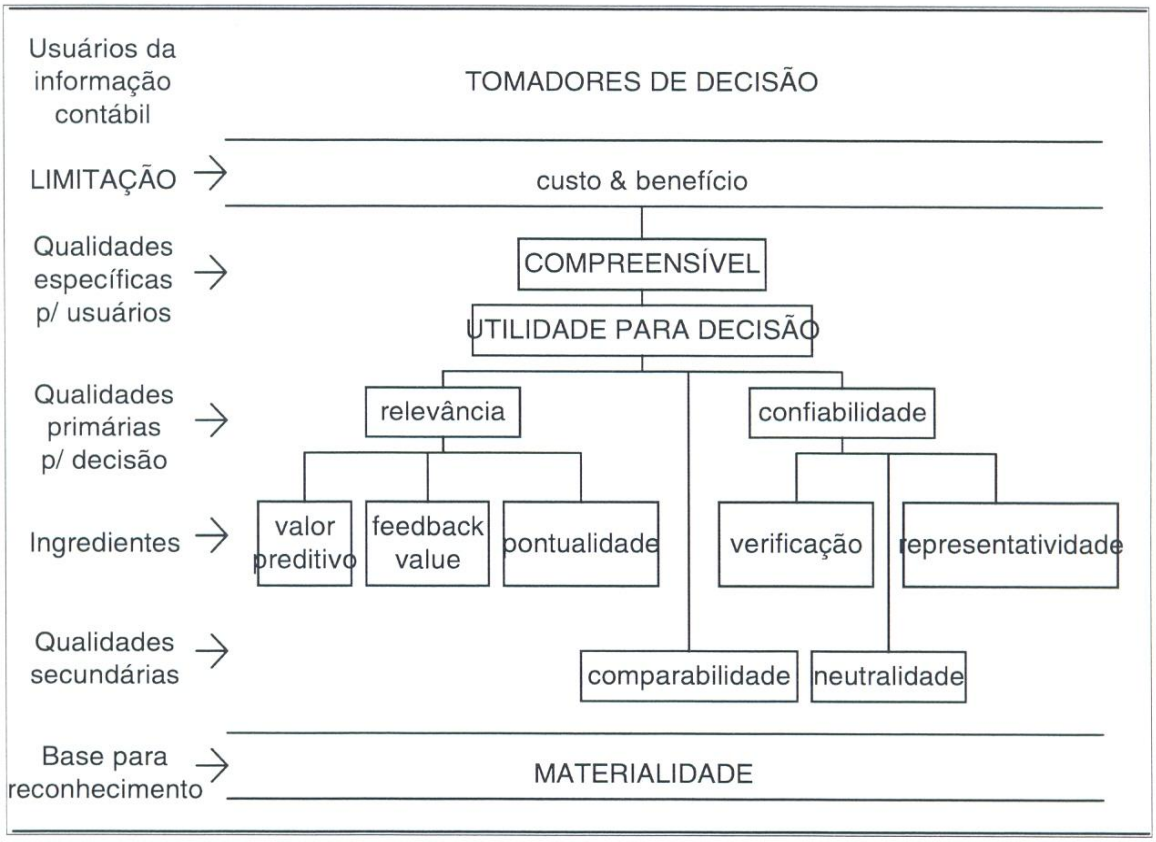
Essas informações devem ser elaboradas, considerando-se três fatores:

- *Conteúdo* das mensagens da administração e a análise retrospectiva das operações e do ambiente econômico;
- *Aspectos de ordem gráfica* – tamanho, formato, tipo de papel, ilustrações e outros necessários à estética do material publicado.
- *Seqüência de ações e medidas administrativas adotadas*, para a publicação do Relatório Anual. Esta inclui a designação de um *coordenador*
- *Geral*: definição de *verba* para o projeto; contratação [ou não] de *consultores externos*; definição dos setores da organização que vão participar do projeto [e como vão fazê-lo; o *tom e foco da mensagem* aos acionistas; *redação preliminar* do documento; produção gráfica; análise crítica de *custo-benefício*; *redação final e publicação*.

[1] Lauretti, Lélio; "Relatório Anual"; Editora Saraiva; 1988, Pag. 82

3. *Os elementos de qualidade da informação contábil*

QUADRO II
FATORES DE QUALIDADE NA INFORMAÇÃO CONTÁBIL



O Quadro II[2] acima traz os fatores de qualidade mais importantes, da informação contábil e que devem estar presentes em qualquer demonstração financeira. É fácil entendê-lo.

Em primeiro lugar, a informação publicada deve ser *útil ao usuário* e *fácil de entender* (qualidades primárias). Para isso, os dados devem ser *relevantes, comparáveis e confiáveis*. Os elementos de uma informação relevante são o seu valor, como instrumento *de previsão, de percepção do passado* e sua *pontualidade* – informação atrasada perde utilidade para decisão. Para ser *confiável*, os s saldos tem de ser *passíveis de verificação* independente, *neutros* (por exemplo, quando o registro de uma operação é feito de modo a apresentar prejuízo fiscal) e *representativos* das operações que lhes deram origem [não registrar a venda de um imóvel como Receita de Mercadorias].

Por último, as informações contidas em demonstrações financeiras, passam por dois filtros: *custo-benefício e materialidade*. Por exemplo, controlar separadamente cada copo de água da cafeteria interna (item imaterial), aumenta o número de registros (custo), sem agregar valor ao acionista (benefício).

[2] Extraido de FASB, "ACCOUNTING STANDARDS - ORIGINAL PRONOUCEMENTS", Con2 - Qualitative Characteristics of Accounting Information, July 1973 - June 1, 1989, Pag. 5210.

4. *Os diferentes veículos de comunicação disponíveis*

Contadores, tem o hábito de considerar seu dever cumprido, quando as demonstrações financeiras são publicadas. Entretanto, pelo conceito moderno de gestão, o foco das

Os documentos obrigatórios para a CVM são os seguintes:

- Parecer dos auditores
- Relatório de Administração
- Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
- Notas Explicativas

Além das Notas, a CVM exige ainda dados cadastrais do tipo:

- Nome dos administradores e organograma da empresa
- Composição acionária
- Endereços, telefones, etc
- Histórico da empresa, produto principal, e outros.

Como se vê, as informações contidas nos formulários enviados a Comissão de Valores Mobiliários, contém uma variedade de dados, que podem ser usados em outros veículos de comunicação, para melhor divulgar a empresa.

Pode-se também conhecer a intimidade de algumas empresas, sem jamais haver lido suas demonstrações financeiras. É o caso da Microsoft, General Eletric, Petrobrás, Banco do Itaú, e outras. São grandes empresas, que estão sempre em evidência, despertando curiosidade, e instigando a imprensa a escrever sobre elas. Quanto mais confiável a informação divulgada, maior a credibilidade, A exposição ao público, através de *propaganda, artigos de revista, "home page" na internet, palestras na ABAMEC*[3] e *divulgação de eventos* especiais – agrega valor ao acionista e *aumenta a liquidez de suas ações.*

atividades gerenciais está *em agregar valor* à empresa. Os atos dos administradores devem contribuir para aumentar o valor das ações negociadas em mercado, com isso incrementando a riqueza dos acionistas.

> As reuniões da ABAMEC estão entre as melhores formas de comunicação das empresas com o mercado brasileiro de analistas de investimento. Nessas ocasiões, os administradores explicam os demonstrativos, abordam as linhas de produto em separado, descrevem o cenário econômico esperado, analisam a concorrência e respondem às perguntas.[4]

5. *Transparência e Valor de Mercado.*

As empresas brasileiras que melhor divulgam suas informações financeiras estão no QUADRO III abaixo. A última coluna mostra a valorização percentual do preço das ações na bolsa de valores, das empresas consideradas, pelos analistas de mercado, como as mais transparentes.

[3] ABAMEC – Associação Brasileira de Mercado de Capitais

[4] Extraído de Camba, Daniela; "Transparência aumenta valor de mercado das S.A."; jornal VALOR, 4a feira, 20 Set 2000.

QUADRO III[5]

Valor de Mercado das Empresas mais Transparentes

EMPRESA	31/Jun/94	31/Dez/95	31/Dez/96	31/Dez/97	31/Dez/98	31/Dez/99	19/Set/00	Var %
Ambev (antiga Brahma PN)	1.494	2.800	4.194	5.422	3.845	9.021	14.323	959%
Aracruz PNB	1.572	1.638	1.821	1.660	970	4.721	3.600	229%
Brasil T Par PN	-	-	-	-	3.509	10.878	7.861	224%
Comgas PN	-	-	-	878	647	587	970	110%
Embraer PN	217	51	281	823	727	3.922	7.206	3321%
Embratel Part PN	-	-	-	-	5.517	15.399	11.670	212%
Gerdau PN	159	103	381	768	510	2.724	2.758	1735%
Globo Cabo PN	-	-	1.300	712	524	7.431	5.815	1.300
Itaubanco PN	2.062	3.242	5.832	7.184	7.056	18.550	18.618	903%
Pão de Açúcar PN	-	695	1.285	1.594	1.523	5.835	6.745	971%
Petrobras PN	10.347	9.013	17.975	28.347	14.879	49.960	57.150	552%
Sabesp ON	-	-	2.660	7.373	2.559	6.031	5.122	193%
Telemar PN	-	-	-	-	5.049	16.218	15.429	306%
Telesp Cel Part PN	-	-	-	-	2.976	10.700	12.156	408%
Vale do Rio Doce PNA	4.786	7.771	7.771	8.723	5.828	19.428	18.145	379%
Souza Cruz	1.837	1.675	2.085	2.751	2.384	4.084	2.415	32%

- Valor de mercado – em R$ Milhões
- Os valores da Cia Souza Cruz não pertencem à fonte original.
- A perda de valor de mercado da Souza Cruz em 1999, se deve ao mau desempenho financeiro naquele ano.

[5] Camba, Daniela, Op.Cit. (Nota 3)

Segundo a jornalista econômica Daniela Camba, observa-se que "...companhias boas e com alto grau de transparência têm mais chance de apresentar crescimento no seu valor de mercado do que empresas com os mesmos fundamentos, mas que não abrem ao mercado suas informações. O motivo é simples: quanto menos dados os profissionais de mercado têm da empreesa, maior a taxa de risco que embutem em suas análises, depreciando as ações. Em casos extremos os analistas desistem de acompanhar a empresa, e o seu ativo (ação) deixa de ser recomendado, por melhor que a companhia seja".[6]

É o caso da Rheem – Embalagens Metálicas, uma empresa rentável, aberta, mas esquecida dos analistas de investimento, por não prestar informações ao mercado com a freqüência e abertura suficientes.

Mesmo quando uma demonstração financeira apresenta resultados ruins, sua repercussão pode ser positiva, desde que contenha explicações sinceras e abrangentes sobre os fatores que afetaram a rentabilidade.Exemplos dos últimos anos, são as Demonstrações Financeiras da SHARP, Lojas Americanas, VARIG e Globo Cabo. Esta última se apressou em reunir-se com analistas, três vezes na ABAMEC, evitando que suas ações caíssem demasiado, com a crise da bolsa norte-americana de tecnologia, Nasdaq.

A *credibilidade* trazida pela transparência, não apenas agrega valor a ação, como também contribui para *reduzir o custo de captação de empréstimos*. Um bom nível de informação ajuda principalmente "a emissão de dívida a longo prazo, que é quando mais se observa a capacidade futura de pagamento da empresa".[7]

[6] Camba, Daniela, Op.Cit. (Nota 3)
[7] Camba, Daniela, Op.Cit. (Nota 3)

2 RELACIONAMENTO ENTRE INVESTIDOR E EMPRESA

Napier[8] estudou, no contexto histórico, os modelos de relacionamento entre a empresa e seus interessados – acionistas, administradores, auditores, governo e outros.

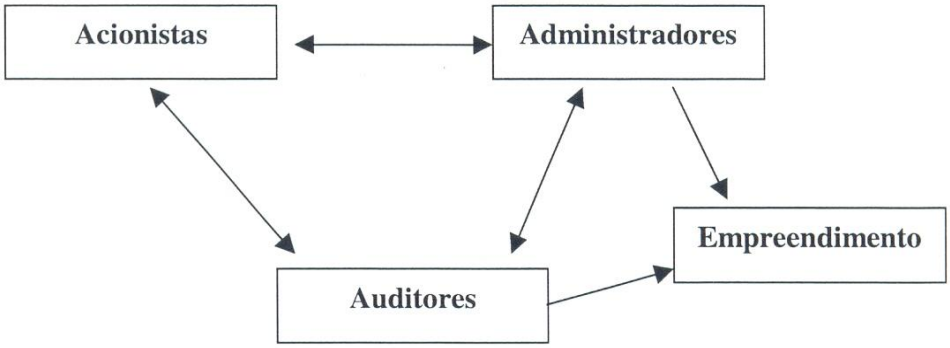
Num ambiente comercial mais primitivo, prevalece uma relação ilustrada na Figura 1, abaixo. Neste Modelo, os relatórios financeiros são elaborados pelos próprios administradores, para uso próprio e dos acionistas, alguns dos quais escolhidos para o papel de auditores.[9] O propósito dos relatórios financeiros se restringe a medir o desempenho, em geral pelo caixa, e assegurar a inexistência de fraude.

Ainda hoje, empresas pequenas obedecem a um modelo de relacionamento similar ao Modelo 1.

[8] Napier, Christopher; "Intersection of Law and Accountancy: Unlimited Auditor Liability in the United Kingdom"; Accounting, Organizations and Society, nº 23, 1997, Pag. 105 – 128.
[9] O estudo de Napier (Nota8) abrange apenas o Reino Unido, onde a tradição de auditoria é forte. No Brasil, a figura de acionista-auditor é rara.

FIGURA 1
MODELO 1

ESTÁGIO PRIMITIVO – ANTERIOR A 1930



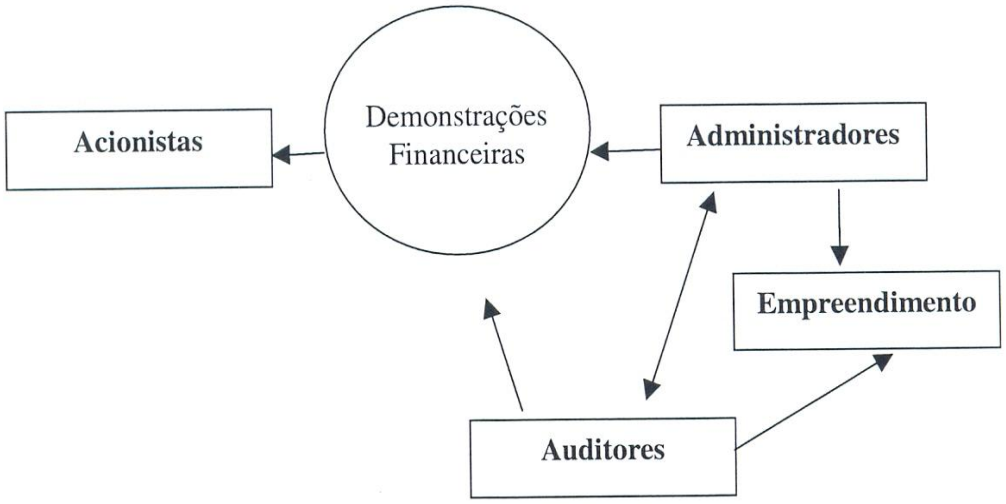
À medida que uma empresa cresce ou que o ambiente comercial se torna mais sofisticado, os acionistas e o governo requerem demonstrações contábeis mais especializadas, como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e similares. Nasce a exigência do trabalho de auditoria ser executado por profissionais externos ao empreendimento. Esse é o modelo ainda adotado na legislação da maior parte dos países, incluzive na Europa e no Brasil (Figura 2).

Esse modelo de relacionamento apresenta três problemas. *Primeiro*, as demonstrações contábeis são espelhos imperfeitos da realidade econômica, o que faculta aos administradores distorcerem a real condição econômica da empresa. *Segundo*, os administradores devem abrir aos auditores, acesso amplo e irrestrito aos registros contábeis e à documentação comprobatória das operações. Forma-se então um dilema: para ganhar trânsito livre às informações, os auditores necessitam da confiança e participação dos gerentes, mas para obtê-las, são levados a sacrificar parte de sua independência.

FIGURA 2

MODELO 2

ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO – 1930/1980



A *terceira* dificuldade refere-se ao prazo de publicação das demonstrações financeiras, que pode variar entre uma semana até vários meses, do encerramento do exercício. Para investidores e credores, tal espera é inaceitável, pois o ambiente econômico pode mudar neste período.

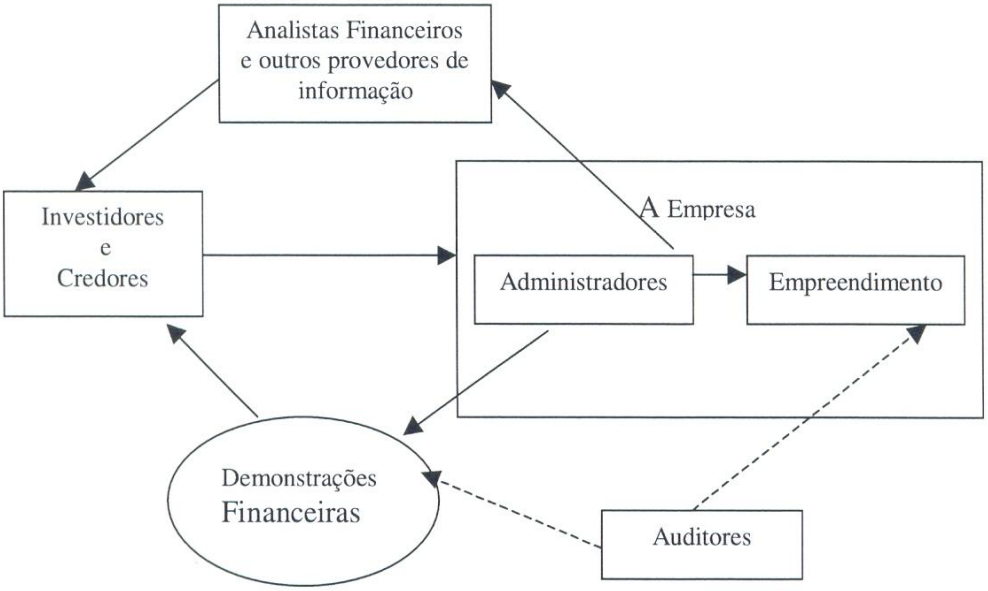
Para contornar este problema, no exterior, as decisões de investimento são feitas com base nas estimativas dos analistas de fundos de investimento, que por sua vez se baseiam em relatórios financeiros trimestrais, não auditados, e em outras fontes de informação (revistas, apresentações, etc).[10] Os administradores de carteira que acompanham o desempenho das grandes empresas multinacionais, operam num ambiente onde os relatórios contábeis auditados não tem grande relevância. Não significa que os relatórios são inúteis, mas que o modelo de relacionamento tradicional (Modelo 2) não reflete o modo como flui a informação entre usuário e empresa. [11]Suas recomendações se baseiam numa multiplicidade de fontes de informação e modelos estatísticos e financeiros de precificação de ativos. *A publicação dos relatórios contábeis serve para corrigir os preços estabelecidos previamente.*

[10] Williams, Patrícia; "The Relation Between a Prior Earnings Forecast by Management and Analyst Responses to a Current Management Forecast"; The Accounting Review, n°71, 1996, Pag. 103 - 116

[11] Frost, C. e Pownall, G.; "Interdependencies in the Global Markets for Capital and Information: The Case of SmithKline Beecham plc"; Accounting Horizons, n°10; 1996, Pag. 38 – 57.

FIGURA 3

ESTÁGIO ATUAL – 1980 EM DIANTE



A linha pontilhada partindo do quadro da auditoria (Figura 3) sugere uma alteração no seu papel. Os auditores passam a focar o seu trabalho em tecnologia de informação e na melhoria dos controles gerenciais, se aproximando ainda mais dos administradores. O fenômeno traz maior relevância ao papel do analista de investimento e permite alguns imaginar até a completa obsolescência das demonstrações contábeis auditadas.[12]

Ciente do problema, os contadores norte-americanos tem procurado modificar algumas regras, visando aproximar os balanços da realidade econômica. Duas áreas tem sido objeto de exame por parte da profissão: método de contabilização de fusões (*pooling of interest X purchasing method*) e o registro de operações com instrumentos derivativos a valor de mercado. Apesar da seriedade do debate e do apoio do Securities and Exchange Commission – SEC, o movimento vem encontrando intensa resistência por parte das empresas. Artigos sobre o assunto são publicados freqüentemente [13]

Não conseguem encontrar uma solução de compromisso para o seguinte dilema: De um lado os investidores desejam que estejam mais próximos da realidade, o valor contábil do Patrimônio Líquido e a forma de contabilização. As empresas concordam, *desde que não afete o lucro do período e o lucro por ação.*

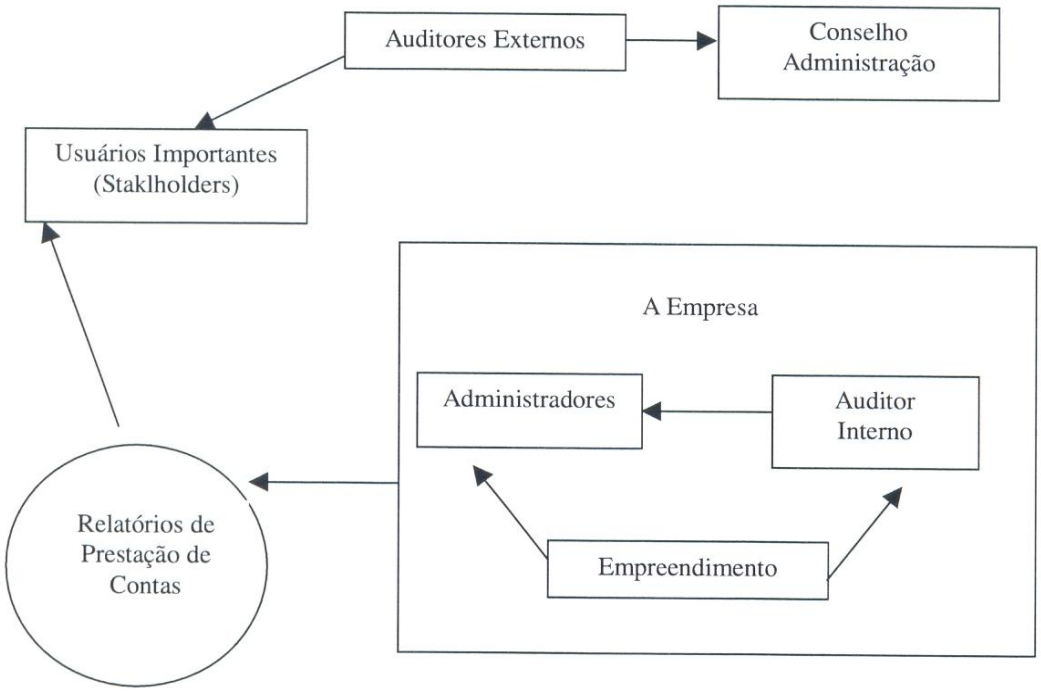
Se o modelo contábil atual de comunicação com os investidores, não acompanha a forma como são tomadas as decisões financeiras, surge então a questão de se repensar o propósito de continuar elaborando demonstrações contábeis auditadas.

[12] Behets, P.; "Are Financial Statements an Obsolete Product?"; texto da palestra de abertura do 21° Congresso Anual da Associação Européia de Contadores; Belgica – Universidade da Antuérpia, 1998.

[13] Ver, por exemplo, "Derivatives Accounting, Why US firms fear FASB's rule 133"; Euromoney; Out. 99, Pag. 105-109. "Wall St. offers Fix for Red-Hot Debate Pooling Acctg"; Wall Street Journal; 14 Junho 2000. "Investors lose as firms flatter bottom lines"; South China Morning Post; 15 Agosto 1999.

FIGURA 4

MODELO 4



Baker e Wallage [14] sugerem que o alvo da comunicação ultrapasse a fronteira de investidores e credores, passando a suprir a necessidade de informação de outros usuários – sindicatos, parlamento, ambientalistas, etc (Figura 4). No modelo proposto, as demonstrações contábeis se expandem, além dos quadros demonstrativos tradicionais, para atender esses novos grupos de usuários, agora com importância renovada. Os relatórios anuais se aproximam de uma *prestação de contas* da empresa aos novos interessados. Os auditores se reportam a esses grupos e a um "Conselho Consultivo", composto apenas de pessoas externas ao corpo de dirigentes executivos da empresa.

Diversos países vem adotando, paulatinamente, o modelo 4. Não é sem razão que observamos nos últimos anos, o surgimento do "Balanço Social", "Balanço Ambiental" e a "Demonstração de Valor Agregado". Na terceira parte deste artigo, acompanhamos a evolução histórica das demonstrações financeiras da CIA SOUZA CRUZ, onde podemos perceber, na prática, os modelos de relacionamento que acabamos de descrever.

3 O CASO DA CIA SOUZA CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

A Cia de Cigarros Souza Cruz foi fundada no Brasil em 1903 por Albino Souza Cruz, sob a denominação "Souza Cruz & Cia". Em 1914 houve a transformação para sociedade anônima, quando foi comprada pela British American Tobacco Co, tendo seu nome modificado posteriormente para o atual "Cia Souza Cruz Indústria e Comércio". A Cia de Cigarros Souza Cruz é uma subsidiária integral desta última.[15]

[14] Baker, R.C. e Wallage, P.; "The Future of Financial Reporting in Europe: Its Role in Corporate Governance"; The International Journal of Accounting; Vol.35 nº 2 – 2000; Pag.173 - 187

[15] Trancito G.M. Ugalde; "A Evidenciação e as Cias Transacionais – Estudo de Casos"; Dissertação de Mestrado – ISEC/FGV – 1989, Pag.77 – 87.

É uma empresa tradicional no pregão da bolsa de valores, e sempre usou diversos tipos de mídia para divulgar suas atividades. Seus Relatórios Contábeis sempre estiveram entre os mais informativos do mercado.

Até a década de 50, as empresas brasileiras publicavam os Relatórios Anuais, guiando-se pelo modelo primitivo de relacionamento (Modelo 1 – sem a figura do auditor-acionista), sendo pouco informativos. Os da Cia Souza Cruz porém, procuravam trazer dados sobre a empresa, sua política social com a comunidade e a relação com os plantadores de fumo. Nota-se também uma linguagem apurada, fácil de ler e de bom conteúdo.

Dados Disponíveis

A demonstração financeira mais antiga que foi possível obter, data de 1957. Os Apêndices 2 a 6 reproduzem os quadros demonstrativos e as notas explicativas das Demonstrações Contábeis dos anos 1957, 1967, 1977, 1987 e 1997. Não foi possível reproduzir os relatórios de administração e parecer de auditoria, para tornar menos extenso o trabalho.

Nesses Apêndices, pode-se observar o desenvolvimento da evidenciação contábil brasileira, com abrangência cada vez maior nas informações prestadas ao investidor.

O Apêndice 1, traz um resumo comparativo desta evolução. Nele, se pode observar três períodos distintos, em volume e qualidade na comunicação de dados ao público:

1. Antes da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404) de 1976;
2. Período Inflacionário: 1977 – 1997 e
3. Após o Plano Real – 1997 em diante

1º Período

Até o advento da Lei das Sociedades Anônimas, as demonstrações contábeis eram documentos simples, muito sintéticos e sem anexos. Como o mercado de capitais fosse quase inexistente, não havia preocupação em dar transparência à intimidade financeira da empresa, e tampouco havia exigência legal neste sentido. Os contadores procuravam se ater às exigências emanadas da legislação fiscal. Os financiamentos eram todos à base de empréstimo bancário. Não havia títulos de dívida junto ao público. Logo, somente os bancos tinham acesso a Demonstrações Contábeis analíticas, deixando de fora os pequenos investidores e credores.

O modelo de relacionamento Empresa – Investidor, seguido pela Souza Cruz, enquadra-se no Modelo 1 (Figura 1). Os administradores são também representantes da empresa inglesa, controladora da Souza Cruz. [16]

Os Demonstrativos voltados para o público brasileiro se resumiam ao Balanço Patrimonial e à Conta de Lucros e Perdas (atual Demonstração de Resultado). As contas de um ano não eram necessariamente iguais as do ano anterior, e não havia apresentação de números comparativos.

Por ser uma companhia controlada por ingleses, os ativos menos líquidos – Imobilizado – vinham no topo e os mais líquidos – Disponível –, na base do Balanço. No passivo, vinham primeiro os exigíveis a longo prazo, depois os de curto prazo. O patrimônio líquido era denominado [Passivo] *Não-Exigível.*

A demonstração de resultado era em forma de **T** – o lado esquerdo continha todos os débitos de despesa, e o lado direito, todos os créditos de receita. Não havia preocupação em decompor a formação do resultado em *operacional* e *não-operacional,* embora a demonstração de resultado de 1967 evidencie um esforço neste sentido.

Na segunda metade da década de 60, criaram-se muitos programas de investimento no norte e nordeste do país, financiados por renúncia fiscal. Por isso, o Balanço de 1967 evidencia muitas contas de incentivos fiscais.

No tocante à comunicação com o público, a empresa evoluiu para o Modelo 2. O

[16] Uma piada dos anos 50 é ilustrativa sobre como funcionavam as relações interpessoais no Modelo 1. Dizia-se que a Cia Souza Cruz era organizada em quatro niveis hierárquicos: 1. Os que falavam apenas Inglês; 2. Os que falavam Inglês, e Portuquês com sotaque estrangeiro; 3. Os que falavam Português, e Inglês com sotaque brasileiro; e 4. Os que falavam só Português.

número de administradores brasileiros cresceu e o Relatório Anual, passou a conter uma *Mensagem dos Acionistas*, explicando as atividades ocorridas durante o ano. Não havia descrição do ambiente econômico e muito menos números, complementando o relatório. No caso da Cia Souza Cruz, o relatório informava as atividades dos principais setores da organisação, porém sem apresentar números de produção, dividendos ou investimentos. Nem sempre a havia relevância financeira nos assuntos abordados. O QUADRO IV, abaixo, traz um trecho do Relatório de **1957**.

QUADRO IV
Mensagem aos Acionistas – 1957
Cia de Cigarros Souza Cruz

SETOR DE TRANSPORTES

A manutenção da frota, composta de centenas de veículos, não só no que concerne à parte mecânica, como, igualmente, à parte estética, é atendida por uma rede de oficinas, dotadas de todos os requisitos técnicos e materiais indispensáveis, sempre prontas aos reparos e reformas dos veículos que se fizerem necessárias, de molde a não retardar, nem, de qualquer forma, embaraçar o imediato escoamento dos produtos, consoante programa de vendas traçado.

Não obstante relativa dificuldade na obtenção de peças e sobressalentes, os carros de venda de sua Companhia vêm sendo mantidos em estado de perfeito funcionamento, desincumbindo-se de suas missões a contento, aptos que se acham a visitar os mais longínquos pontos em que sua presença se faça necessária, com a regularidade exigida.

Embora a Cia Souza Cruz fosse sujeita à auditoria interna e externa, a Opinião dos auditores independentes *não era* publicada. A prática da época era publicar o *Parecer do Conselho Fiscal,* composto em geral, de pessoas de renome, *convidadas* pela Diretoria ou Acionista.

A identificação do Contador responsável pelas Demonstrações, sempre esteve presente.

2º Período

A partir da promulgação da Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/76), há um salto qualitativo nas informações prestadas ao público. As Demonstrações Contábeis de 1977 foram as primeiras a serem divulgadas após a Lei.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), adotam a forma norte-americana, isto é, ativos mais líquidos (ex: Disponível) são mostrados no topo do relatório e os menos líquidos na base; os ativos e passivos a curto prazo aparecem acima dos de longo prazo; surge o destaque da *Provisão para Devedores Duvidosos*, mas mantém-se as *Contas de Resultado Pendente* (despesa diferida) *e* as *Contas de Compensação*. O Patrimônio Líquido continua denominado *Não-Exigível*.

A DRE se apresenta agora na *forma escalonar*, similar ao modelo atual. Após o lucro líquido há uma reconciliação com o saldo de *Lucros em Suspenso*. A Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido é denominada "*Demonstração do Movimento nas Contas Patrimoniais*". Em 1977, ainda se omite a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos – DOAR.

Surgem, pela primeira vez, as *Notas Explicativas*, mas apenas dando mais detalhe ao conteúdo dos saldos de balanço. Não traz notas esclarecedoras de *métodos contábeis* adotados, nem tampouco sobre o *ambiente econômico* e valores que não constam das Demonstrações.

Surge também, pela primeira vez, o *Parecer dos Auditores Independentes*, publicado como parte integrante das demonstrações financeiras. O primeiro parágrafo descreve o escopo dos exames efetuados na empresa, e o segundo traz a

opinião dos auditores sobre a fidedignidade dos saldos apresentados.

A tradicional *Mensagem dos Acionistas* continua a existir, mas seu texto é bastante similar ao atual Relatório de Administração. Contém dados sobre ambiente econômico, produção, vendas, marketing, exportações, pesquisa e outros.

Os números continuam apenas para o ano de 1977, não havendo comparatividade.

Mesmo com vários defeitos, as demonstrações financeiras de 1977, representaram uma grande melhora de qualidade e um rompimento com a prática passada, de evidenciar o mínimo possível.

Nas demonstrações de 1987 o avanço qualitativo continua e pode-se observar uma clara preocupação em apresentar transparência, aproximando-se do investidor. Nessa ocasião, o mercado de capitais brasileiro já estava desenvolvido, com muitos fundos de investimento, administradores de carteira e associações de classe voltadas ao mercado de títulos financeiros. Entre 1977 e 87, consolidou-se a transição do Modelo de Relacionamento 2 para o Modelo 3. Diversos detalhes na apresentação gráfica e no conteúdo do Relatório Anual, evidenciam esta transição. O formato das demonstrações é quase igual ao que observamos no Balanço de 1997.

Surge o *Balanço Consolidado, a DOAR e a DMPL.* Em virtude da alta inflação, que distorce materialmente os números, todos os demonstrativos estão computados pela nova metodologia de evidenciação dos seus efeitos nas operações – a *Correção Monetária Integral.*

O Balanço Consolidado, e a contabilização pela Legislação Societária e pela Correção Integral, trouxeram às demonstrações brasileiras, *um excesso de colunas* que perdura até hoje, dificultando a análise econômico-financeira.

Surge a comparabilidade dos saldos contábeis. Os saldos são todos apresentados em duas colunas, uma para o ano corrente e outra para o ano anterior, como mostra o QUADRO V abaixo.

QUADRO V

	CONTROLADORA		**CONSOLIDADO**	
	Pela Correção Integral e Legislação Societária	**Pela Legislação Societária**	**Pela Legislação Societária**	
	1987	**1986**	**1987**	**1986**
	Cz$ Mil	**Cz$ Mil**	**Cz$ Mil**	**Cz$ Mil**
CIRCULANTE				
Disponível:				
Caixa e Bancos	1.260	1.770	3.490.470	566.425
Aplicações de Liquidez Imediata	3.351.100	53.201	7.842.450	1.576.247
Total	3.352.360	54.971	11.332.920	2.142.672

O Balanço Patrimonial é apresentado em *quatro colunas*, sendo duas (1987 / 88) para o Consolidado e duas para a empresa Controladora. Desaparecem as Contas de Compensação e de Resultado Pendente, substituídas pelas *Despesas Antecipadas*. Surge a conta de "*Títulos Descontados*", para registrar os empréstimos lastreados no recebimento de duplicatas a receber. Também desaparece o Não-Exigível, substituído pelo grupo de contas de *Patrimônio Líquido*.

A DRE se torna bem mais detalhada [até confusa], contendo cinco colunas e 12 blocos analíticos de formação do resultado do exercício. Apresentam o *Lucro Líquido por Ação* e o *Patrimônio Líquido por Ação*.

As Notas Explicativas são agora elucidativas e relevantes. O Relatório de Administração é separado da Mensagem dos Acionistas.

3º período.

Foram poucas as modificações encontradas nas demonstrações contábeis de 1997. A Souza Cruz continuou a publicar seus saldos pela correção monetária integral, embora a legislação não mais exigir sua presença.

Para atenuar o efeito da queda da correção monetária, uma nova legislação criou a conta de "Juros sobre Patrimônio Líquido [ou Capital Próprio]", inserida na Demonstração de Resultado.[17] Desaparece também a evidenciação do "Patrimônio Líquido por Ação". Em substituição, a Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido traz o "Dividendo por Ação".

Todos os saldos – correção integral, legislação societária, controladora e consolidado – são comparáveis com o ano anterior.

Entre as modificações ocorridas no Relatório Anual de 1997 e subseqüentes, estão a produção gráfica [mais sofisticada] e maior volume de informações complementares. Há ênfase em adotar uma linguagem simples, compreensível ao público não especialista. Na contracapa do Relatório foi incluído um CD-ROM, para os usuários informatas (Esta prática foi descontinuada no Relatório de 1999).

O relatório dos acionistas e da Diretoria, amplia seu conteúdo informativo, com tabelas, comentários sobre mercado, investimentos, dividendos e outros. As Notas Explicativas também seguem a mesma tendência, aumentando o nível de detalhe. Por exemplo, no Relatório de 1977 haviam 12 notas. Veja na página seguinte, a diferença em conteúdo da mesma informação – *Investimentos em Subsidiárias e Coligadas* – nos relatórios anuais de 1977 e 1999.

A maior novidade apresentada no Relatório Anual de 1997, é o ***Balanço Social***. Encadernado separadamente, contem informações detalhadas sobre os tipos de benefício que leva aos empregados e às comunidades onde atua, bem como cada modelo de investimento social – *transporte, alimentação, treinamento, saúde, segurança do trabalho e programas comunitários.* Divulga, por exemplo, quanto o faturamento da Souza Cruz representa no PIB do país (1,6%) e quanto gera de empregos diretos e indiretos (1.6 Milhão).

[17] A Lei nº 9249 de 26/12/1995, em seu Art. 4°, revoga a correção monetária das demonstrações financeiras e, no Art.9°, permite deduzir os "juros pagos ou creditados.... a sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pró-rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP".

1977- Notas Explicativas sobre INVESTIMENTOS em Subsidiárias e Coligadas

6. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS-SUBSIDIÁRIAS	Capital %	Investimento
Supermercados Peg-Pag S.A	80	107.428.200,01
SAEB-Sociedade Anônima de Empreendimentos e Bens	34	12.622.747,60
Santa Mônica Industrial S/A - SAMISA	88	4.969.591,60
SUVALAN-Cia. De Produtos de Frutas	88	43.120.000,00
Total		168.140.539,21
7. PARTICIPAÇÃO EM ARACRUZ CELULOSE S/A E OUTRAS		
Subscrita		
Ações Ordinárias	22	239.577.701,00
Ações Preferenciais A (inclui ágio)	18	56.912.142,20
Ações Preferenciais B	44	198.514.131,00
		495.003.974,20
Menos Não Integralizada		61.855.000,00
		433.148.974,20
Vera Cruz - Agroflorestal S/A	19	3.633.316,00
Saga Empreendimentos S/A	26	25.226.414,00
Total		Cr$ 462.008.704,20

1999 – Nota Explicativa de INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL – LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

3. Investimentos Avaliados Equivalência Patrimonial - Legislação Societária	**Partici-pação 31-12-99**	**Patrimônio Líq. Ajustado**		**Lucro Ajustado**		**Resultado de Equivalência Patrimonial**	
Empresas Controladas	%	31-12-99	13-12-98	31-12-99	13-12-98	31-12-99	13-12-98
Souza Cruz Trading e Subsidiár.	100%	1.296,9	729,4	497,5	292,1	497,5	292,2
Eldocor Corret. De Seguros S.A.	100%	2,6	2,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Souza Cruz DTVM S.A.	100%	13,2	13,3	1,6	0,8	1,6	0,8
Yolanda Participações S.A.	99,9%	8,0	2,6	1,6	0,3	1,6	0,3
Total							

	Partici-pação	**Investimento**		**Receita / (Desp. e Custos)**		**Créditos / (Obrigações)**	
Empresas Controladas	%	31-12-99	13-12-98	31-12-99	13-12-98	31-12-99	13-12-98
Souza Cruz Trading e Subsidiár.	100%	1.226,9	729,4	83,0	152,7	(19,3)	69,9
Eldocor Corret. De Seguros S.A.	100%	2,6	2,3	-	-	-	-
Souza Cruz DTVM S.A.	100%	13,2	13,3	1,7	0,4	0,8	0,3
Yolanda Participações S.A.	99,9%	8,0	2,6	-	-	-	3,7
Total		**1.250,7**	**748**	84,7	153,1	(18,5)	73,9

Notas:

A data-base de avaliação e 31 de dezembro;

Créditos: dividendos e juros sobre o Patrimônio Líquido a receber, contas correntes e empréstimos para capital de giro na forma de contrato de mútuo, com prazos de vencimentos variáveis;

Obrigações: empréstimos para capital de giro na forma de contrato de mútuo, adiantamentos e importações a pagar;

Receitas/Custos/Despesas: transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços e encargos de mútuo, realizadas com controladas e subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 1999, a **Souza Cruz** não possuía responsabilidade por avais a suas empresas controladas.

Todas as operações são realizadas a valores, prazos e condições de mercado.

A controlada Souza Cruz DTVM S.A. pagou R$0,8 de juros sobre o patrimônio líquido em agosto de 1999 e propôs R$0,8 em dezembro de 1999.

Além das transações com empresas controladas, a Companhia e suas controladas exportam para outras companhias interligadas ao grupo controlador no exterior, a valores, prazos e condições de mercado, sendo as seguintes rubricas dessas transações:

	Legislação Societária		Correção Integral	
	1999	1998	1999	1998
Ctas a pg. de a Rec.	102,0	68,4	102,0	82,4
Vdas Con troladora	5,9	-	6,1	-
Vdas Con solidado	225,0	241,8	264,1	266,9

O *Balanço Social,* na forma em que está escrito, é ao mesmo tempo, uma peça de propaganda e uma "prestação de contas" do que a empresa representa e faz no campo social. Seu maior mérito é valorizar a figura do *empregador*, dando a conhecer, para o público não familiarizado à finanças [políticos e sindicalistas], o papel socioeconômico de uma empresa.

A partir de **1998** a Souza Cruz publicou o ***Balanço Ambiental***, também encadernado separadamente. Por ser uma experiência inovadora, em voga no mundo, o relatório é mais interessante de ler que o Balanço Social.

A Souza Cruz informa que, desde 1982, criou o *Clube da Árvore*, um programa educacional junto às escolas do meio rural, visando a preservação do meio ambiente. Tem também o *Programa Horta* Escolar, com 175.000 alunos, para filhos de produtores rurais, fornecendo material didático, instruções detalhadas e sementes. Além destes, possui, o *Plano Diretor de Solos*, que visa aumentar a produtividade da terra; programas de *reflorestamento, economia de energia, tratamento de resíduos* (dejetos industriais), *controle biológico de pragas e redução de agrotóxicos* (de 27 kg/ha em 1989 para 1,7 kg/ha em 1999).

A partir de 1997, o Relatório Anual da Souza Cruz parece haver entrado em fase de transição.

No Relatório Anual de 1999, por exemplo, as Notas Explicativas se mantém mais ou menos no mesmo número, e alguns esclarecimentos comuns em outras empresas não constam nas da Souza Cruz. É o caso das notas de Contexto Operacional, Financiamentos e Imobilizado. A empresa inclui essas informações de forma diluída, no corpo dos quadros demonstrativos ou da mensagem aos acionistas. Outra omissão importante é a estratégia de combate ao seu problema mais grave – contrabando e mercado informal de cigarros. Exagera-se no aspecto gráfico e nas mensagem ao público leigo, diminuindo a relevância dos dados levados ao usuário investidor.

A empresa busca uma forma de comunicação similar ao Modelo 4, em que outros interessados ficam mais próximos, em importância, ao Investidor e ao Credor.

3 CONCLUSÃO

Evidenciação com qualidade agrega valor ao acionista. Para conseguí-la é necessário encarar a divulgação de informações financeiras como um *projeto de comunicação*, envolvendo toda a Diretoria e as áreas mais importantes da empresa.

As Demonstrações Financeiras, mesmo bem escritas, constituem um veículo restrito para divulgar, de forma mais abrangente, as atividades de uma empresa. Constituem boas alternativas, os relatórios adicionais, artigos de revista, jornal e publicações de circulação restrita a partes interessadas, como acionistas, empregados, fornecedores e clientes. As publicações podem ser complementadas com palestras em associações de comércio, na ABAMEC e junto a clientes, fornecedores e líderes comunitários.

Os Relatórios Anuais partiram de Demonstrações Contábeis relativamente simples, para documentos abrangentes, de propósito multifacetado, assumindo maior importância para a sociedade.

É difícil prever o futuro dessas demonstrações, mas podemos afirmar que se encontram em fase de transição, quanto ao conteúdo, à definição de seu público-alvo e à forma de comunicação.

Em relação ao conteúdo, vimos assistindo à chegada de novos quadros, como a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração de Valor Agregado previstas em legislação que tramita no Congresso. Surgem também informações não financeiras, como os Balanços Social e Ambiental. Esses novos quadros e relatórios complementares indicam uma busca para tornar mais abrangente o leitor dos Relatórios Anuais, sem perder de vista os usuários tradicionais – investidor e credor. Ainda é cedo para perceber quem será o novo privilegiado.

Um caminho de contato junto ao público, pode ser o de transmitir os dados por meios eletrônicos, através da internet, de modo a *permitir o usuário organizar a informação como achar melhor*. Por exemplo, a empresa ECONOMÁTICA provê aos seus clientes, demonstrações financeiras e outros dados de companhias abertas, que podem ser convertidos em planilhas e textos de padrão Excel e Word.

Nas novas formas de comunicação, mais rápidas e práticas, o papel do Auditor se apresenta diminuído ou até eliminado. Seu papel de guardião da fidedignidade dos saldos nas demonstrações contábeis é imprescindível, mas a maior participação das firmas de auditoria no desenvolvimento de controles gerenciais para seus clientes, reduziu sua independência e prestígio junto ao público.

Os relatórios anuais da Cia Souza Cruz, permitem observar o progresso ocorrido na evidenciação de informação financeira, junto ao público investidor brasileiro.

Pode-se acompanhar esta evolução em três períodos distintos. Em todos eles, a empresa mostrou-se sintonizada com os valores de sua época, mas sempre na vanguarda, buscando maior qualidade em sua forma de comunicação com o investidor. Nota-se, desde o relatório mais antigo, um grande esmero na linguagem, buscando tornar compreensível ao leigo, um documento de propósito especializado. Os Relatórios Anuais mais recentes, tem expandido em abrangência, tamanho e qualidade gráfica. Procura diversificar seu público-alvo, dirigindo-se aos municípios onde atua (comunidades locais), divulgando a importância da empresa no cenário nacional.

BIBLIOGRAFIA

BAKER, R.C. e WALLAGE, P. The Future of Financial Reporting in Europe: Its Role in Corporate Governance. *The International Journal of Accounting*; Vol.35 nº 2 – 2000.

CAMBA, Daniela. Transparência aumenta valor de mercado das S.A. *Jornal VALOR*, 4a feira, 20 set., 2000.

DERIVATIVES Accounting, Why US firms fear FASB's rule 133. *Euromoney*; Out. 99.

FASB, "ACCOUNTING STANDARDS - ORIGINAL PRONOUCEMENTS", Con2 - Qualitative Characteristics of Accounting Information, July 1973 - June 1, 1989.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FROST, C. e POWNALL, G. Interdependencies in the Global Markets for Capital and Information: The Case of SmithKline Beecham plc. *Accounting Horizons*, n°10; 1996.

INVESTORS lose as firms flatter bottom lines. South China Morning Post -15 Agosto 1999.

KROETZ, C.E.S. *Balanço Social*. São Paulo: Atlas, 2000.

LAURETTI, Lélio. Relatório Anual. São Paulo: Editora Saraiva, 1988.

LEI n° 9249 de 26/12/1995.

NAPIER, Christopher. *Intersection of Law and Accountancy*: Unlimited Auditor Liability in the United Kingdom. Accounting, Organizations and Society, nº 23, 1997.

TRACY, John A. *How to Read a Financial Report*. 5.ed. New York: John Wiley & Sons, 1999.

TRANCITO, G.M. Ugalde. *A Evidenciação e as Cias Transacionais:* estudo de casos. Dissertação de Mestrado – ISEC/FGV – 1989.

WALL St. offers Fix for Red-Hot Debate Pooling Acctg. *Wall Street Journal*; 14 Junho 2000.

WILLIAMS, Patrícia. The Relation Between a Prior Earnings Forecast by Management and Analyst Responses to a Current Management Forecast. *The Accounting Review*, n°71, 1996.

WILLSON, J.D.; ROEHL-ANDERSON, J.M. e BRAGG, S.M. *Controllership*: The Work of the Managerial Accountant. 5.ed. New York: John Wiley & Sons, 1995.

APÊNDICE 1

	1957	1967	1977	1987	1997
BALANÇO PATRIMONIAL	Forma Inglesa	Forma Inglesa	Forma Norte-Americana	Forma brasileira atual	Forma brasileira atual
Ativo	Ativo menos líquido no tôpo - Imobilizado - Realizável - **longo** e curto prazo - Disponível - Ctas Resultado Pendente - Ctas Compensação	Mesmos grupos de ctas, mas amplia o número de contas divulgadas, especialmente as de incentivo fiscal. Depreciação acumulada deduzida do imobilizado	Ativo **mais** líquido no tôpo - Disponível - Realizável - **curto** e longo prazo **-Surge** a Prov. Dev. Duvid. -Imobilizado apresentado líquido de Depreciação Acumulada - Contas de Resultado Pendente - Contas de Compensação	**Surge** "Títulos Descontados" no Ativo **Destaque** nas contas de controladas e coligadas **Desaparecem** as contas de Compensação e de Resultado Pendente **- Aumentam** as contas explicitadas no Ativo e Passivo **Surge** o Balanço **Consolidado**	Poucas alterações em relação às demonstrações de 1987
Passivo	- Passivo menos **Exigível** no tôpo - **Não Exigível** - depreciação acumulada é reserva chamada de "Fundo de Depreciação" - Ctas Compensação	Mesmos grupos de ctas Muitas contas de reserva cap. De giro e de Fundos de Investimento SUDAM e SUDENE	- **Exigível** - **curto** e longo prazo **- Não Exigível** Diminui o número de contas - Ctas de Compensação	- **Exigível** - **curto** e longo prazo **- Desaparece** o **Não Exigível** e surge o **Patrimônio Líquido** **Surge** "Resultado de Exercícios Futuros" e "Participação Minoritária nas Controladas"	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	Demonstração de"Lucros e Perdas" em forma de conta **T** Foco na **existência** de lucro / prejuízo	Demonstração de Resultado em forma de Cta **T** Tentativa de mostrar forma escalonar de apuração do lucro	Demonstração de Resultado em forma escalonar Foco na **formação** do lucro / prejuízo	DRE escalonar, dividida em 12 blocos. **Surge** o Lucro Líquido por Ação e o Patrim. Líquido por Ação	DRE escalonar, dividida em 6 blocos. **Inclui** o Juros sobre o Patrimônio Líquido (novidade legal da época) **Desaparece** o Patrimônio Líquido por Ação
OUTROS QUADROS DEMONSTRATIVOS	Ausência	Ausência	Demonstração do Movimento nas Contas Patrimoniais	**Surge** o DOAR (com 5 colunas) **Surge** a **Dem. Mutações no Patrimônio Líq.- DMPL** - contém 11 colunas e 2 blocos (Legislação Societária e Correção Integral	**DMPL** traz dividendos por ação

	1957	1967	1977	1987	1997
Notas Explicativas	Ausência	Ausência	Apenas decomposição de saldos	Notas explicativas elucidativas e relevantes	Notas explicativas elucidativas e relevantes
Relatório de Administração	Mensagem dos acionistas -informação voluntária	Mensagem dos acionistas -informação voluntária	**Surge** sob a forma de mensagem aos acionistas	Relat. Admin. com mensagem a acionistas e informações sobre o ambiente econômico	Relat. Admin. com mensagem a acionistas cada vez mais informativo
Parecer dos Auditores	Parecer do Conselho Fiscal	Parecer do Conselho Fiscal	**Surge** parecer dos **Auditores Independentes**	Parecer dos Auditores	Parecer dos Auditores
Identificação do Contador	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Comparatividade	**Não há** cifras de exercício anterior	**Não há** cifras de exercício anterior	**Não há** cifras de exercício anterior	**Surgem** as cifras de exercício anterior. Saldos Comparáveis	Saldos comparáveis
Apresentação Geral	- moeda = Cruzeiro - números explícitos até centavos - apenas uma coluna de números com saldos do ano	- moeda = Cruzeiro - apenas uma coluna de números com saldos do ano	- moeda = Cruzeiro - apenas uma coluna de números com saldos do ano	- moeda = Cruzado - números em milhares - **muitas colunas** nas demonstrações **No Balanço:** - **4 colunas**: 2 para Controladora e 2 para Consolidado **- Saldos** de **1987** pela **Correção Integral** **Na DRE: 6 colunas** 4 pela Legisl. Societária e 1 p/ Correção Integral	- moeda = Real - números em milhões - **muitas colunas** nas demonstrações **O Relatório Anual é bilíngue**. Ênfase em **linguagem simples** para o nome das contas Saldos em **Correção Integral** e **Legislação Societária**, todos comparáveis **Produção Gráfica** elaborada. **Introdução** de **CD-ROM** como recurso informativo e visual **Surge** o **Balanço Social** como relatório especial

APÊNDICE 2
COMPANHIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ – RIO DE JANEIRO
Balanço em 31 de dezembro de 1957

ATIVO

IMOBILIZADO			
Terrenos e Edifícios		607.220.119,70	
Maquinismos, etc.		650.753.440,40	
Móveis, Utensílios, Veículos, etc.		155.602.110,80	
Marcas e Privilégios		3.554.572,60	1.417.130.243,50
REALIZÁVEL			
A Longo Prazo			
Estoques Diversos	145.040.740,50		
Estoques de Matéria Prima	980.626.692,80		
Matérias Primas em Trânsito	19.405.554,00		
Materiais em Trânsito	6.372.696,90		
Depósitos (parte)	10.721.893,80		
Títulos Diversos da Dívida Pública	890.680,10	1.163.058.258,10	
A Curto Prazo			
Produtos Fabricados	78.414.821,20		
Selos de Consumo Federais em Estoque	242.766.418,70		
Depósitos (parte)	500.000.000,00		
Contas Correntes	318.798.534,20	1.139.979.774,10	2.303.038.032,20
DISPONÍVEL			
Caixa e Bancos – Matriz		178.398.371,80	
Caixa e Bancos nas Filiais e Dinheiro em Trânsito		191.360.500,40	369.758.872,20
CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES			
Despesas correspondentes ao próximo exercício			120.768.208,20
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Fiadores, etc.		219.953.517,80	
Ações Caucionadas		650.000,00	220.603.517,80
			Cr$ 4.431.298.873,90

EXIGÍVEL			
A Curto Prazo			
Contas e Obrigações a Pagar, etc.		318.623.469,40	
A Longo Prazo			
Credores Diversos		649.985.920,20	968.609.389,60
NÃO EXIGÍVEL			
Capital		1.840.000.000,00	
Reserva Legal		180.326.948,90	
Fundos de Depreciação e Amortização		434.399.278,30	
Reservas Diversas		573.330.017,30	
Lucros e Perdas		214.029.722,00	3.242.085.966,50
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Diversas Contas Compensação		219.953.517,80	
Cauções da Diretoria		650.000,00	220.603.517,80
			Cr$ 4.431.298.873,90

Demonstração de Lucros e Perdas em 31 de Dezembro de 1957

DÉBITO		**CRÉDITO**	
DESPESAS GERAIS	164.654.916,20	SALDO ANTERIOR	254.011.311,30
ASSITÊNCIA SOCIAL	59.237.929,90	PRODUTOS, ETC.	4.019.758.821,90
IMPOSTOS	3.432.284.137,10	PROVISÃO PARA DÍVIDAS PERDIDAS	859.260,50
AMORTIZAÇÃO DO ATIVO	51.022.133,70	JUROS	9.953.737,00
PROVISÃO PARA DÍVIDAS PERDIDAS	890.377,90	JUROS S/ INVESTIMENTOS	30.570,30
PERDAS DIVERSAS	6.835.488,50	LUCROS DIVERSOS	858.215,20
PROVISÃO PARA DIVERSAS DESPESAS	67.895.774,50		
DIVIDENDOS	138.000.000,00		
RESERVAS DIVERSAS	137.758.998,90		
RESERVA LEGAL	12.862.437,50		
SALDO DISPONÍVEL PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	214.029.722,00		
	Cr$ 4.285.471.916,20		Cr$ 4.285.471.916,20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cia. de Cigarros Souza Cruz, tendo examinado o balanço e as contas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1957, verificaram sua exatidão, razão por que opinam por sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

APÊNDICE 3
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1967

ATIVO

IMOBILIZADO *(Inclusive Reavaliação)*			
Terrenos e Edifícios		43.131.775,81	
Maquinismos, etc.		64.795.490,27	
Móveis, Utensílios, Veículos, etc.		13.184.096,32	
Marcas e Privilégios		601.773,56	
		121.713.135,96	
Menos: Fundos de Depreciação e Amortização		35.675.544,11	86.037.591,85
REALIZÁVEL			
A Curto Prazo			
Produtos Fabricados	5.233.518,31		
Imposto s/ Produtos Industrializados em Estoque	22.034.883,52		
Títulos a Receber	34.013.000,00		
Devedores Diversos (Parte)	16.555.255,67	77.836.657,50	
A Longo Prazo			
Estoques Diversos	11.481.159,17		
Estoque de Matéria Prima	65.557.239,40		
Depósitos	2.780.104,66		
Devedores Diversos (Parte)	225.550,73		
Depósitos para Investimentos na Área da SUDENE e SUDAM	8.677.553,00		
Investimentos de Recursos Tributários na Área da SUDENE e SUDAM	10.148.830,00		
Certificado de Compra de Ações – Decreto-Lei n.º 157	664.636,00		
Depósitos – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	1.329.272,00		
Títulos Diversos e da Dívida Pública	4.018.710,44		
Inducondor - Indústria de Fumos Limitada – 1.299.920 cotas no valor de NCr$ 1,00 cada	1.299.920,00	106.182.975,40	184.019.632,90
DISPONÍVEL			
Caixa e Bancos – Matriz		16.171.753,05	
Caixa e Bancos nas Filiais e Dinheiro em Trânsito		21.563.973,08	37.735.726,13
CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES			
Despesas correspondentes ao próximo exercício			120.482,63
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Projetos, etc.		31.019.162,15	
Bens Segurados – Decreto-Lei n.º 73/66		459.970.738,02	
Ações Caucionadas		500,00	490.990.400,17
			NCr$ 798.903.833,68

APÊNDICE 3
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1967

PASSIVO

EXIGÍVEL		
A Curto Prazo		
Contas e Obrigações a Pagar, etc.		67.156.286,99
NÃO EXIGÍVEL		
Capital		
- 100.000.000 de Ações Ordinárias de NCr$ 1,00 cada, das quais 76.307.330 de residentes no exterior e 23.692.670 de residentes no país	100.000.000,00	
Reserva Legal	5.838.071,26	
Reserva de Manutenção do Capital de Giro - 1965	11.650.603,34	
Reserva de Manutenção do Capital de Giro – 1966	11.723.816,12	
Reserva de Manutenção do Capital de Giro – 1967	21.962.590,13	
Provisão para Dívidas Perdidas	177.043,25	
Fundo para Investimentos na Área da SUDENE e SUDAM	8.677.553,00	
Fundos Tributários Investidos na Área da SUDENE e SUDAM	10.148.830,00	
Fundo para Certificado de Compra de Ações – Decreto-Lei n.º 157	664.636,00	
Fundo para Investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento		
Econômico	1.329.272,00	
Reservas Diversas	55.140.925,24	
Lucros e Perdas	13.443.806,18	240.757.146,52
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Projetos Autorizados, etc.	31.019.162,15	
Obrigações de Seguro	459.970.738,02	
Cauções da Diretoria	500,00	490.990.400,17
		NCr$ 798.903.833,68

APÊNDICE 3
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS PARA O SEMESTRE TERMINADO EM DEZEMBRO DE 1967

DÉBITO

Custo de Vendas		39.866.845,24
Despesas de Produção		18.565.062,52
Despesas de Vendas e Administração		24.380.452,70
Despesas com Assistência Social		5.961.057,70
Impostos e Taxas sobre Vendas		24.208.327,30
Amortição do Ativo		4.226.000,00
Imposto de Renda provisionado sobre o Lucro do Semestre		12.346.019,00
Imposto de Renda e encargos – pagos no semestre		
Imposto de Renda	4.486.290,00	
Adicional do B.N.D.E.	996.954,00	
Fundo p/ Investimentos na Área da SUDENE e SUDAM	4.984.764,00	
Certificado de compra de ações – Dec.-Lei n.º 157	498.474,00	
TOTAL	10.966.482,00	
Lucros em Suspenso		31.556.367,77
Transferência para:		NCr$ 161.110.132,23
Reserva Legal	970.782,32	
Reserva para Manutenção do Capital de Giro – 1967	19.962.590,13	
Reservas Diversas	6.953.774,86	27.887.147,31
Saldo Disponível para o próximo exercício		13.443.806,18
		NCr$ 41.330.953,49

APÊNDICE 3
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS PARA O SEMESTRE TERMINADO EM DEZEMBRO DE 1967

CRÉDITO

Vendas		530.169.611,16	
Menos: *Imposto sobre Produtos Industrializados*		373.791.647,14	156.377.964,02
Juros e Descontos			879.420,93
Juros sobre Investimentos			3.836.797,57
Lucros Diversos			15.949,71
			NCr$ 161.110.132,23
Lucros em Suspensos			31.556.367,77
Saldo anterior		12.007.687,89	
Menos: Dividendos referentes ao 1° semestre de 1967			
Residentes no exterior	7.630.732,00		
Residentes no país	2.369.268,00	10.000.000,00	2.007.687,89
Reservas Diversas			
Reversão referente ao 1° semestre			7.766.897,83
			NCr$ 41.330.953,49

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cia. de Cigarros Souza Cruz, tendo examinado o balanço e as contas da Diretoria relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1967, verificaram a sua exatidão, razão por que opinam pela sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1968.

Eugênio Gudin
Fernando Machado Portella
Gilberto de Ulhôa Canto

CONCLUSÃO:

São estas as informações que a Diretoria considerou necessário prestar aos Senhores Acionistas para a apreciação dos documentos submetidos à sua deliberação, mas, desde já, coloca-se à sua disposição para fornecer-lhes quaisquer esclarecimentos que julguem conveniente para o mesmo fim.

COMPANHIA SOUZA CRUZ INDUSTRIA E COMERCIO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO			PASSIVO		
1- DISPONÍVEL		554.530.205,80	6- EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		2.558.424.719,85
2- REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Estoque	3.125.403.037,76		Provisão p/Im. de Renda	190.230.529,00	
Créditos	476.918.592,95		Incentivos Fiscais a Depositar	66.837.755,00	
Valores e Bens	287.424.025,09	3.889.745.655,80	Obrigações por Financiamento		
ATIVO CIRCULANTE		4.444.275.861,60	Exterior	42.440.518,75	299.508.802,75
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			9- NÃO EXIGÍVEL		
Títulos Diversos a Receber	73.666.901,56				
Ativos Provisão p/a Devedores Duvidosos	5.654.587,30		Capital	2.903.040.000,00	
	68.012.314,26		Reservas Legais	1.401.596.051,09	
Matérias Primas(parte)	169.418.929,78		Outras Reservas	310.429.302,25	
Títulos Diversos e da Dívida Pública	35.953.533,71		Dividendos Propostos	333.849.600,00	
Depósitos para Importação e outros	111.510.154,61	384.894.932,36	Lucro em Suspenso	169.659.349,33	5.118.574.302,67
					7.976.507.825,27
3- IMOBILIZADO					
Imobilizações Técnicas	2.087.547.899,37		CONTAS DE COMPENSAÇÃO		672.380.134,13
Imobilizações Financeiras	1.030.166.035,47	3.117.713.934,84			
4- RESULTADOS PENDENTES		29.623.096,47			
		7.976.507.825,27			
5- CONTAS DE COMPENSAÇÃO		672.380.134,13			
TOTAL	CR$	8.648.887.959,40	TOTAL	CR$	8.648.887.959,40

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PARA O SEMESTRE FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 1977

Renda Operacional Bruta		
Venda dos Produtos		18.346.734.609,10
Imposto Faturado		
Imposto sobre Produtos Industrializados		13.300.267.303,96
Renda Operacional Bruta		5.046.467.305,14
Custo do Produtos Vendidos (incluindo		
Cr$ 76.867.855,60 de Depreciação)		2.296.909.941,78
Lucro Bruto		2.749.557.363,36
10- Despesas de Vendas		1.548.704.843,16
11- Gastos Gerais		244.384.575,93
Depreciações e Amortizações		16.707.460,00
Lucro Operacional		939.760.484,27
12- Rendas não Operacionais		176.693.855,32
Despesas não Operacionais		23.596.899,93
Lucro Líquido antes do imposto de Renda		1.092.857.439,00
Provisão para Imposto de Renda		178.583.417,00
Lucro Líquido		914.274.022,66
Reservas		
Reserva Legal	32.023.090,79	
Reserva p/Manutenção do Capital de Giro	273.812.207,00	
Reservas p/Aplicações em Incentivos Fiscais	62.745.667,00	
Reservas p/Reposição de Estoques de MP	122.000.000,00	
Outras Reservas	1.181.597,04	491.762.581,83
Lucro Disponível do Semestre		422.511.440,83
Lucro em Suspenso - Saldo Anterior	400.331.908,50	
Dividendos Distribuídos - 1º Semestre	319.334.400,00	80.997.508,50
		503.508.949,33
Dividendos Propostos - 2º Semestre		333.849.600,00
Lucro em Suspenso	CR$	169.659.349,33

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1978

E A A BRUEL
Presidente

A C LONG
Vice-Presidente

K M SUMMER
Vice-Presidente

Mário Arnaud Baptista
Diretor

J A B Kellagher
Diretor

M

K H L Light
Diretor

Ithamar Borges
Téc.Cont. CRC.PR 5761-S-RJ

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Diretores e Acionistas da Companhia Souza Cruz Industria e Comércio

Examinamos o balanço anxo da Companhia Souza Cruz Indústria e Comérc
bro de 1977, e as respectivas demonstrações de resultados e do movimento na
semestre findo naquela data. Nosso exame foi efetuado consoante as normas
tas e de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil e, consequenter
registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessá

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima citadas, com as notas explicativas da Diretoria, representam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 1977 e o resultado de suas operações referente ao semestre findo naquela data, de acordo com os princípios gerais de contabilidade recomendados pelo Banco Central, aplicados com uniformidade em relação ao semestre anterior.

Rio de Janeiro 31 de Janeiro de 1978

Newton Froes de Azevedo
Contador Responsável
CRC RJ nº 1.182-5
GEMEC RAI-73/003-4-FJ

Deloitte Haskins & Sells
CRC-RJ nº 1.10
GEMEC-RAI-73/003-PJ

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO NAS CONTAS PATRIMONIAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 D

	CAPITAL	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	DIVIDENDOS PROPOSTOS	LUCROS EM SUSPENSO	TOTAL
Saldos em 30 de junho de	##########	##########	##########	--	##########	##########
Lucro Líquido.....	--	--	--	--	##########	##########
Bonificações Creditadas e Fun						
dos Capitalizáveis	--	--	8.586.074,40	--	--	8.588.074,40
Dividendos - Distribuídos	--	--	--	--	##########	##########
- Propostos	--	--	--	##########	##########	--
Apropriação de Lucros ..	--	##########	##########	--	##########	--
Saldo em 31 de dez de 19	##########	##########	##########	##########	##########	##########

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. DISPONÍVEL 175.625.842,46

Bens Numerários	378.904.363,34
Depósitos Bancários à Vista	Cr$ 554.530.205,80

2. REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

2.1. Estoques

Produtos Acabados	307.834.743,33
I.P.I. em estoques	763.997.040,04
Produtos em elaboração	9.698.907,31
Matérias Primas (parte)	1.676.587.615,60
Peças e Material de Manutenção	134.299.389,26
Materiais Diversos	203.989.173,40
Importação em Andamento	28.996.168,82
Total	Cr$ 3.125.403.037,76

2.2. Créditos

Contas a Receber de Clientes	258.459.331,17
Outros Créditos	220.459.261,78
Total	Cr$ 476.918.592,95

2.3. Valores e Bens

Títulos e Valores Mobiliários	Cr$ 287.424.025,09

Os títulos e os valores mobiliários são geralmente demonstrados ao Custo, acrescidos de juros provisionados até 31 de dezembro de 1977, sendo representativos dos preços de mercado.

3. IMOBILIZADO

3.1. Imobilizações Técnicas

Valor Histórico	1.766.618.142,56
Correção Monetária	1.375.348.053,62
Valor Corrigido	3.141.966.196,18
Menos depreciações Acumuladas	1.054.418.296,81
Total	Cr$ 2.087.547.899,37

3.2. Imobilizações Financeiras

Participações em Empresas Subsidiárias (Ver Nota 6)	168.140.539,21
Participações em Aracruz Celulose S/A e outras (Ver nota 7)	462.008.704,20
Aplicações por Incentivos Fiscais	155.283.401,17
Depósitos para Investimentos em Incentivos Fiscais	129.711.703,89
Depósitos para Investimentos em Incentivos Fiscais a Efetuar	115.021.687,00
Total	Cr$ 1.030.166.035,47

3.3. Ver ainda "Filme de Polipropileno" no Relatório da Diretoria

4. RESULTADO PENDENTE

Despesas Deferidas	5.698.781,92
Outras Pendências	23.924.314,55
Total	Cr$ 29.623.096,47

5. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Aquisição de Bens Imóveis Contratada	34.936.000,00
Responsabilidades p/Avais a Agricultores	394.670.338,04
Fianças em Compensação	146.024..655,28
Outras	96.749.140,81
Total	Cr$ 672.380.134,13

6. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

	Capital %	Investimento
Supermercados Peg-Pag S.A	80	107.428.200,01
SAEB-Sociedade Anônima de Empreendimentos e Bens	34	12.622.747,60
Santa Mônica Industrial S/A - SAMISA	88	4.969.591,60
SUVALAN-Cia. De Produtos de Frutas	88	43.120.000,00
Total		168.140.539,21

7. PARTICIPAÇÃO EM ARACRUZ CELULOSE S/A E OUTRAS

Subscrita		
Ações Ordinárias	22	239.577.701,00
Ações Preferenciais A (inclui ágio)	18	56.912.142,20
Ações Preferenciais B	44	198.514.131,00
		495.003.974,20
Menos Não Integralizada		61.855.000,00
		433.148.974,20
Vera Cruz - Agroflorestal S/A	19	3.633.316,00
Saga Empreendimentos S/A	26	25.226.414,00
Total		Cr$ 462.008.704,20

8. EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Fornecedores	402.382.320,27
Provisão para Imposto de Renda	137.138.888,00
Contribuições Sociais	45.335.848,93
I.P.I. a Recolher	1.410.984.922,00
Impostos a Recolher	315.405.039,75
Dividendos	3.317.404,83
Incentivos Fiscais a Depositar	48.183.932,00
Outras Exigibilidades	195.676.364,07
Total	Cr$2.558.424.719,85

9. NÃO EXIGÍVEL

9.1. Capital	
Ações Ordinárias de Cr$ 1.00 cada :	
Acionistas Domiciliados no Exterior	25.679.708,00
Acionistas Domiciliados no País	2.877.360.292,00
Total	2.903.040.000,00
9.2. Reservas Legais	
Reserva Legal	195.603.968,99
Reserva p/Manutenção do Capital de Giro - 1976	458.944,60
Reserva p/Manutenção do Capital de Giro - 1977	548.783.998,00
Correção Monetária do Ativo Imobilizado	656.751.139,50
Total	1.401.596.051,09
9.3. Outras Reservas	
Bonificações em Ações de Empresas Subsidiárias ou Coligadas	927.373,00
Bonificações por Aplicações em Incentivos Fiscais	9.764.321,00
Reserva para Aplicações em Incentivos Fiscais	115.021.687,00
Reserva para Reposição de Estoques de Matérias Primas	122.000.000,00
Reserva para Contingências	59.852.331,49
Reservas Diversas	2.863.589,76
Total	310.429.302,25

10. DESPESAS COM VENDAS

Imposto s/Circulação de Mercadorias	689.259.890,11
Programa de Integração Social	211.298.475,23
Propaganda e Publicidade	92.407.682,92
Outras Despesas	555.738.794,89
Total	1.548.704.843,16

11. GASTOS GERAIS

Honorários da Diretoria	7.863.276,32
Despesas Adminsitrativas	236.521.299,61
Total	244.384.575,93

12. RENDAS NÃO OPERACIONAIS

Financeiras	154.201.374,24
De Participação	4.392.838,95
Eventuais	18.099.642,13
Total	176.693.855,32

APÊNDICE 5
CIA SOUZA CRUZ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL 1987 – 1986

ATIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Pela Correção Integral e Legislação Societária	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária	
	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil
CIRCULANTE				
Disponível:				
Caixa e Bancos	1.260	1.770	3.490.470	566.425
Aplicações de Liquidez Imediata	3.351.100	53.201	7.842.450	1.576.247
Total	3.352.360	54.971	11.332.920	2.142.672
Contas a Receber				
Clientes	-	-	4.515.340	924.734
Títulos Descontados	-	-	(411.967)	(6.039)
Provisão p/ Devedores Duvidosos	-	-	(176.830)	(19.490)
Adiantamentos	20.973	4.691	513.819	51.417
Dividendos e Outras Contas a Receber de Controladas	3.455.207	547.226	-	-
Outras	44.285	15.075	164.031	39.196
Total	3.520.465	566.992	4.604.393	989.818
Estoques				
Produtos Acabados e em Elaboração	-	-	2.222.713	426.378
Matérias-Primas	-	-	3.269.491	1.216.422
Peças e Materiais Diversos	-	-	989.128	314.073
Total	-	-	6.481.332	1.956.873
Tributos a Recuperar	169.122	100.349	1.187.891	350.664
Impostos Antecipados – IPI e Outros	-	-	2.747.757	546.566
Títulos e Valores Mobiliários	3.319.729	1.312.095	9.133.767	1.476.458
Direitos Diferidos	132	-	269.168	39.151
Outros	-	63	33.271	8.834
Total do Circulante	10.361.808	2.034.470	35.790.499	7.511.036
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos e Certificados de Incentivos Fiscais	1.649	3.583	228.824	162.418
Empréstimos a Controladas e Coligadas	2.799.683	147.908	-	52.036
Outros	44.157	48.577	270.090	95.125
Total do Realizável a Longo Prazo	2.845.489	200.068	498.914	309.579
PERMANENTE				
Investimentos				
Empresas Controladas	15.127.446	3.885.315	-	-
Empresas Coligadas	10.523.822	2.063.230	10.523.822	2.063.230
Ágio em Controladas e Coligadas				
Líquido de Amortização e de Deságio na Controladora	1.292.135	338.390	1.396.936	365.479
Incentivos Fiscais e Outros	603.561	137.765	1.407.531	297.892
Total	27.546.964	6.424.700	13.328.289	2.726.601
Imobilizado	2.213.680	471.708	12.674.742	2.612.205
Diferido	-	-	385.863	71.996
Total do Permanente	29.760.644	4.896.408	26.398.894	5.410.802
TOTAL	42.967.941	9.130.946		13.231.417

APÊNDICE 5
CIA SOUZA CRUZ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL 1987 – 1986

PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Pela Correção Integral e Legislação Societária	Pela Legislação Societária	*Pela Societária*	*Legislação*
	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil
CIRCULANTE				
Fornecedores	-	-	2.131.387	326.049
Encargos Sociais	53.036	5.237	1.077.751	196.408
IPI a Recolher	-	-	6.538.328	1.712.603
Outros Impostos a Recolher	10.321	1.367	4.540.405	1.018.094
Financiamentos	212.117	-	326.934	36.707
Dividendos	2.448.393	521.385	2.448.784	524.618
Controlada	1.480	232	-	-
Contas a Pagar	3.854	1.273	1.192.754	226.887
Provisão para I. Renda	-	-	3.114.575	307.039
Outras Provisões	1.696	-	248.358	49.914
Total do Circulante	2.730.897	529.494	21.619.276	4.398.319
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Contas a Pagar e Outros	-	-	302.483	49.836
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTUROS				
Deságio em Controladas	-	-	188.487	48.777
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	415.339	139.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Realizado e Atualizado:				
Capital Realizado	7.352.960	4.605.459	7.352.960	4.605.459
Correção Monetária	24.829.855	2.747.501	24.829.855	2.747.501
Total	32.182.815	7.352.960	32.182.815	7.352.960
Reservas de Capital				
Reserva de Incentivos Fiscais	993.811	229.069	993.811	229.069
Reserva de Ágio na Subscrição	52.074	11.898	52.074	11.898
Total	1.045.885	240.967	1.045.885	240.967
Reserva de Realização de Coligada	433.622	111.133	433.622	111.133
Reservas de Lucros:				
Reserva Legal	520.322	55.478	520.322	55.478
Reserva para Investimentos	5.967.570	821.075	5.883.248	814.141
Reserva de Lucros na Venda de Imóveis	86.830	19.839	86.830	19.839
Total	6.574.722	896.392	6.490.400	889.458
Total do Patrimônio Líquido	40.237.044	8.601.452	40.152.722	8.594.518
Total	42.967.941	9.130.946	62.678.307	13.231.417

CIA SOUZA CRUZ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 1987 – 1986

	Pela Correção Integral e Legislação Societária	CONTROLADORA Pela Legislação Societária		CONSOLIDADO Pela Legislação Societária	
	1987 Cz$ Mil	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil
Receita Bruta de Vendas e Serviços	-	-	-	114.746.528	32.756.375
Impostos e Encargos Sobre Vendas e Serviços:					
Impostos sobre Produtos Industrializados	-	-	-	63.538.883	17.057.848
Outros Impostos e Encargos	-	-	-	21.019.859	5.921.219
Total	-	-	-	84.558.742	22.979.067
Receita Líquida de Vendas e Serviços	-	-	-	30.187.786	9.777.308
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-	-	-	13.644.076	5.502.064
Resultado Bruto Operacional	-	-	-	16.543.710	4.275.244
Resultado de Equivalência Patrimonial:					
Fumo e Cigarros	2.763.484	2.763.484	806.425	-	-
Papel e Celulose	2.157.716	2.157.716	433.906	1.982.533	346.383
Sucos e Produtos Correlatos	(1.991.764)	(1.991.764)	(19.195)	-	-
Apoio, Serviços e Outros	2.069.435	2.069.435	166.652	83.400	14.622
Total	4.998.871	4.998.871	1.387.788	2.065.933	361.005
Despesas Operacionais:					
Vendas, Distribuição e Publicidade	-	-	-	5.577.405	1.606.806
Gerais e Administrativas	775.672	471.535	113.671	5.784.207	1.402.608
Amortização de Ágio (Líquida de Deságio) em Controladas e Coligadas	189.543	115.044	36.252	108.201	33.922
Total	965.215	586.579	149.923	11.469.813	3.043.336
Receitas Financeiras:					
Variações Monetárias	-	1.640.887	52.693	1.309.330	89.321
Juros e Outras	1.247.242	5.412.876	272.778	13.423.911	1.040.527
Total	1.247.242	7.053.763	325.471	14.733.241	1.129.848
Despesas Financeiras:					
Variações Monetárias	-	2.553	3.738	1.661.150	105.049
Juros e Outras	-	8.206	27.651	186.462	85.189
Total	-	10.759	31.389	1.847.612	190.238
Ajustes dos Planos Econômicos	(25.123)	(25.091)	(118.204)	(25.640)	(117.113)
Perda Líq. em itens monet. não remunerados	(299.054)	-	-	-	-
Outros Resultados Operacionais	640.300	426.869	53.421	93.161	52.583
Resultado Líquido Operacional	5.597.021	11.857.074	1.467.164	20.092.980	2.467.993
Lucro (Prejuízo) não Operacional	(46.957)	(32.950)	29.038	(127.141)	39.400
Resultado da Correção Monetária	-	(6.274.060)	(386.645)	(11.275.117)	(951.192)
Lucro Antes do Imposto de Renda das Participações Minoritárias	5.550.064	5.550.064	1.109.557	8.690.722	1.556.201
Provisão para Imposto de Renda (inclui incentivos fiscais, Cz$ 736 milhões em 1987 e Cz$ 101 milhões em 1986)	-	-	-	3.552.836	547.087
Lucros Antes de Particip. Minoritárias	5.550.064	5.550.064	1.109.557	5.137.886	1.009.114
Participação Minoritárias	-	-	-	175.676	(13.356)
Lucro Líquido do Exercício	5.550.064	5.550.064	1.109.557	5.313.562	995.758
Lucro Líquido por Ação	Cz$ 18.16				
Patrimônio Líquido por Ação	Cz$131.63				

APÊNDICE 5
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1987 - 1986

	Capital Realizado	Correção Monetária	Incentivos Fiscais	Ágio na Subscrição		Legal	Para Investimentos	Na Venda de Imóveis	Lucros Acumulados	Dividendos Intermediários	Total
	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil	Cz$ Mil
HISTÓRICO											
Saldos em 1 de janeiro de 1986	647.749	1.420.952	135.370	-	73.140	272.368	1.638.364	-	-	-	4.187.943
Reversão de Parte do Dividendo Proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	15.676	-	15.676
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	18
Aumento de Capital:											
Por incorporação de Reservas (AGE/AGO de 06.03.86)	3.075.912	(1.420.952)	-	-	-	(272.368)	(1.382.592)	-	-	-	-
Por subscrição de Ações	881.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	881.798
Ágio na Subscrição de Ações	-	-	-	10.113	-	-	-	-	-	-	10.113
Correção Monetária	-	2.070.497	93.699	1.785	48.972	111.419	742.620	-	10.852	-	3.079.844
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(10.979)	-	-	-	-	-	(10.979)
Transferências	-	677.004	-	-	-	(111.419)	(565.585)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.109.557	-	1.109.557
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	-	-	-	55.478	-	-	(55.478)	-	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	388.268	-	(388.268)	-	-
Reserva de Lucro na Venda de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	19.839	(19.839)	-	-
Dividendo 1.º Semestre (Cz$ 10,00 por mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.845)	-	(152.845)
Dividendo 2.º Semestre (Cz$ 34,00 por mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(519.673)	-	(519.673)
Saldos em 31 de Dezembro de 1986	4.605.459	2.747.501	229.069	11.898	111.133	55.478	821.075	19.839	-	-	8.601.452
Ajuste do Exercício Anterior	-	-	(2.009)	-	-	-	-	-	13.415	-	11.406
Aumento de Capital (AGO 12.03.87)	2.747.501	(2.747.501)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo Antecipado (Cz$ 24,00 p/ ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(366.828)	(366.828)
Correção Monetária	-	24.829.855	766.751	40.176	354.600	187.340	2.772.652	66.991	41.307	(141.148)	28.918.524
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(32.111)	-	-	-	-	-	(32.111)
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	57	-	57
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.550.064	-	5.550.064
Destinações											
Reserva Legal	-	-	-	-	-	277.504	-	-	(277.504)	-	-
Reserva para Investimento	-	-	-	-	-	-	2.373.843	-	(2.373.843)	-	-
Dividendos 1.º Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	(507.976)	507.976	-
Dividendo Proposto 2.º semestre (Cz$ 8,00 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.445.520)	-	(2.445.520)
Saldos em 31 de dezembro de 1987	7.352.960	24.829.855	993.811	52.074	433.622	520.322	5.967.570	86.830	-	-	40.237.044

	Capital Realizado Atualizado	**Incentivos Fiscais**	**Ágio na Subscrição**	**REAVALIAÇÃO DE COLIGADA**	**Legal**	**Para Investimentos**	**Na Venda de Imóveis**	**Lucros Acumulados**	**Total**
	Cz$ Mil	**Cz$ Mil**	**Cz$ Mil**	**Cz$ Mil**	**Cz$ Mil**	**Cz$ Mil**	**Cz$ Mil**		**Cz$ Mil**
HISTÓRICO									
Saldos em 1 de janeiro de 1987	32.182.815	1.002.604	52.074	486.413	242.818	3.593.727	86.830	-	37.647.281
Ajuste do Exercício Anterior	-	(8.793)	-	-	-	-	-	54.531	45.738
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	-	(92.791)	-	-	-	-	(52.791)
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	248	248
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.550.064	5.550.064
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	-	-	277.504	-	-	(277.504)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	2.373.843	-	(2.373.843)	-
Dividendos 1.º Semestre	-	-	-	-	-	-	-	(507.976)	(507.976)
Dividendos Propostos 2º Semestre	-	-	-	-	-	-	-	(2.445.520)	(2.445.520)
Saldos em 31 de dezembro de 1987	32.182.815	993.811	52.074	433.622	520.322	5.967.570	86.830	-	40.237.044

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
1987 - 1986

	Pela Correção Integral e Legislação Societária	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Pela Legislação Societária		Pela Legislação Societária	
	1987 Cz$ Mil	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil
ORIGENS					
Lucro Líquido do Exercício	5.550.064	5.550.064	1.109.557	5.313.562	995.758
Mais (Menos) itens que não afetam o Capital Circulante:					
Participações Minoritárias	-	-	-	(175.676)	13.356
Depreciações e Amortizações	107.003	65.705	20.036	915.903	275.145
Amortização de Ágio (Líquida de Deságio)	189.543	115.044	36.252	108.201	33.922
Resultado da Correção Monetária	-	6.274.060	386.645	11.275.117	951.192
Variação Monetária no Exigível a Longo Prazo	-	-	-	176.738	16.167
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.998.871)	(4.998.871)	(1.387.788)	(2.065.933)	(361.005)
Variação Monetária e Juros no Realizável a Longo Prazo	(199.449)	(1.679.492)	(43.420)	(253.644)	(42.576)
Resultado na baixa do Ativo Permanente	1.446	1.322	(30.889)	44.438	(29.041)
Provisão para Desvalorização de Investimentos	48.135	32.572	2.606	42.200	3.982
Resultado Líquido dos Ajustes do Programa de Estabilização Econômica – DL 2284/86	-	-	118.204	-	117.113
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre os Ajustes do Programa – DL 2333/87	25.123	25.123	-	2.152	-
Total Oriundo das Operações	722.994	5.385.527	211.203	15.383.058	1.974.013
Integralização de Capital	-	-	881.798	-	881.798
Ágio na Integralização de Capital	-	-	10.113	-	10.113
Valor da Venda de Ativo Permanente	13.375	7.517	93.731	17.271	170.582
Reversão de parte do Dividendo Proposto	-	-	15.676	-	15.676
Dividendo de Coligada e Controladas	5.407.575	4.688.218	868.602	240.969	60.242
Participação Minoritária nas Controladas	-	-	-	21.600	4.389
Aumento no Exigível a Longo Prazo	-	-	-	89.454	21.392
Ajuste do Exercício Anterior	54.531	13.415	-	13.415	-
Transferência de Realizável a Longo Prazo para o Circulante	33.492	17.204	48.984	35.743	51.498
Diminuição no Realizável a Longo Prazo	-	-	-	28.566	-
Efeito dos Ajustes do Progr de Estabiliz. Econômica s/ o Capital Circulante	-	-	16.801	-	16.247
Outras Origens	249	57	18	1.716	511
Total das Origens	6.232.216	10.111.938	2.146.926	15.831.792	3.206.461
APLICAÇÕES					
Dividendos Distribuídos e Propostos	2.953.496	2.812.348	672.518	2.848.348	681.621
Transfer do Exigív Longo Prazo p\ Circul.	-	-	-	9.383	7.077
Aumento do Realizável a Longo Prazo	1.860.586	999.419	160.347	-	89.963
Aumento do Diferido	-	-	-	84.045	18.596
Aplicação em Investimentos	112.130	30.309	62.359	27.311	36.427
Aplicação em Imobilizado	257.523	141.916	10.523	1.802.190	333.522
Outras Aplicações	4.626	2.011	-	2.009	1.088
Total das Aplicações	5.188.361	3.986.003	905.747	4.773.286	1.168.294
Aumento do Capital Circulante	1.043.855	6.125.935	1.241.179	11.058.506	2.038.167
Total	6.232.216	10.111.938	2.146.926	15.831.792	3.206.461
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCUL.					
Aumento do Ativo Circulante	1.457.235	8.327.338	1.470.790	28.279.463	4.279.235
Aumento do Passivo Circulante	413.380	2.201.403	229.611	17.220.957	2.241.068
Aumento do Capital Circulante	1.043.855	6.125.935	1.241.179	11.058.506	2.038.167

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 1986.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras e principais práticas contábeis

1.1 Demonstrações financeiras pela legislação societária

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as disposições complementares da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e consoante as principais práticas contábeis descritas abaixo:

A. Aplicações de Liquidez Imediata e Títulos e Valores Mobiliários

São registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

B. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado.

C. Investimentos

As participações em sociedades controladas e coligadas são corrigidas monetariamente e ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo corrigido, deduzidas as provisões para perdas prováveis na realização. O ágio ou deságio com fundamento em perspectiva de resultados são amortizados pelo método linear em dez anos.

D. Imobilizado

É registrado ao custo histórico ou reavaliado, corrigido monetariamente, deduzidas as depreciações calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota 5.

E. Provisão para Imposto de Renda

É constituída às taxas vigentes, incluindo incentivos fiscais, cujos depósitos são registrados no realizável a longo prazo em contrapartida a uma conta de reserva de capital.

1.2 Demonstrações financeiras complementares pela correção integral

Atendendo às disposições da Instrução CVM Nº 64, a Companhia passou a apresentar também, a partir do exercício de 1987 demonstrações financeiras complementares da Controladora ajustadas pelos efeitos da inflação, sob o título "Pela Correção Integral". Tais demonstrações financeiras complementares, elaboradas com base nas demonstrações financeiras pela legislação societária, estão em consonância com as normas baixadas pela CVM, e têm o propósito de melhorar as informações postas à disposição dos usuários. São os seguintes os critérios adotados para elaboração dessas demonstrações financeiras complementos da Controladora:

A. Índice de Correção

As atualizações monetárias foram procedidas com base na variação do valor nominal mensal da OTN.

B. Balanço Patrimonial

O ativo permanente e o patrimônio líquido estão atualizados até dezembro de 1987; os demais componentes foram mantidos pelos seus montantes original por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda de dezembro de 1987 exceto quanto aos créditos e obrigações com vencimentos futuros e de montantes prefixados, que não foram descontados ao seu valor presente, e quanto aos investimentos relevantes, ajustados por equivalência patrimonial, que foram avaliados com base em patrimônios não ajustados dos efeitos da atualização dos estoques e da atualização a vigor presente de créditos e obrigações prefixados com vencimentos futuros. Por esse motivo, os ativos e passivos em 31 de dezembro de 1987 "Pela Legislação

Societária" são os mesmos dos "Pela Correção Integral".

C. Demonstração do Resultado

Os componentes da demonstração do resultado são atualizados monetariamente, a partir do mês de sua formação (contabilização), com base na variação mensal da OTN, ajustados e complementados quanto aos seguintes aspectos:

- Os ganhos e as perdas por inflação, calculados com base na variação da OTN, referentes aos passivos e ativos monetários ao início de cada mês, que geram despesas e receitas financeiras nominais, são considerados como redutores dos respectivos componentes do resultado.
- O encargo de imposto de renda é demonstrado como se fosse apropriado no mês de encerramento do exercício. As desatinações do lucro são demonstradas de forma idêntica, exceto o dividendo do 1° semestre, o qual é apresentado atualizado monetariamente até a data de encerramento do exercício.
- Os ganhos e as perdas por inflação, calculados com base na variação da OTN, referentes aos demais itens monetários ao início de cada mês, são considerados em conta especifica do resultado operacional sob a titulação de "Perda Líquida nos Itens Monetários Não Remunerados".

D. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido

Os valores dessas demonstrações financeiras estão apresentados em moeda de dezembro de 1987.

2. Demonstrações Financeiras do Exercício de1986

As demonstrações financeiras do exercício de 1986, que anteriormente foram apresentadas contendo a segregação das operações e dos eventos ocorridos até e após vinte e oito de fevereiro, estão sendo apresentadas sem essa segregação. É a seguinte a composição das principais rubricas da demonstração do resultado desse exercício:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01.01.86 a 28.02.86 Cz$ Mil	01.03.86 a 31.12.86 Cz$ Mil	Total Cz$ Mil	01.01.86 a 28.02.86 Cz$ Mil	01.03.86 a 31.12.86 Cz$ Mil	Total Cz$ Mil
Receita Líquida das Vendas	-	-	-	1.220.432	8.556.876	9.777.308
Lucro Bruto	-	-	-	608.788	3.666.456	4.275.244
Resultado de Equivalência Patrimonial	249.593	1.138.195	1.387.788	91.881	269.124	361.005
Despesas Operacionais	18.944	130.979	149.923	454.881	2.588.455	3.043.336
Receitas Financeiras Líquidas	41.751	252.331	294.082	456.965	482.645	939.610
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica - DL 2284/86	-	(118.204)	(118.204)	-	(117.113)	(117.113)
Resultado Líquido Operacional	279.597	1.187.567	1.467.164	710.931	1.757.062	2.467.993
Lucro Liquido do Exercício	166.377	943.180	1.109.557	159.966	835.792	995.758

3. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem todas as empresas controladas e foram preparadas com base nas demonstrações financeiras dessas empresas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1987 e 1986.

Os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como a participação da controladora no patrimônio líquido das controladas foram eliminados.

EMPRESAS CONSOLIDADAS	PARTICIPAÇÃO %
Cia. de Cigarros Souza Cruz	100,00
Tabasa - Tabacos S.A. c Controlada	70,00
Cia. Industrial de Papel Pirahy	100,00
Indústrias Alimentícias Maguary SA. e Controladas	94,33
Suvalan - Cia. de Produtos de Frutas	100,00
Bioplanta - Tecnologia de Plantas Ltda. e Controlada	85,96(*)
Plurimarca Empreendimentos e Participações SA.	100,00
Souza Cruz Florestal S.A.	100,00
Eldocor Corretagens de Seguros SA.	100,00
Cleb - Empreendimentos, Serviços, Negócios Comerciais e Industriais SA.	100,00
Souza Cruz Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100,00
Souza Cruz Trading SA. e Controlada	100,00

(*) Em 1986 era de 77,16%.

4. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS

(Anexo em separado)

4. Capital Social

Na AGE de 19 de maio de 1987, em atendimento às Instruções CVM n.°s 56 e 62, foi definido o grupamento das ações do capital social na proporção de mil por uma. Posteriormente a AGE de 09 de outubro de 1987 aprovou o desdobramento de uma para vinte ações, ficando o capital dividido em 305.690.100 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 67.524.312 ao portador e 238.165.788 nominativas. Em 31/12/86 o capital era composto de 15.284.505.600 ações ordinárias sem valor nominal, sendo 3.323.899.328 ao portador e 11.960.606.272 nominativas.

5. Garantias prestadas e outras responsabilidades

As controladas Cia. de Cigarros Souza Cruz, Tabasa - Tabacos S.A. e Indústrias Alimentícias Maguary S.A. concederam avais a agricultores nas operações de crédito rural no valor de Cz$ 1.555 milhões (1986, Cz$ 404 milhões). A Cia. de Cigarros Souza Cruz tem compromissos relativos a contratos de Arrendamento Mercantil, no valor de Cz$ 326 milhões (1986, Cz$ 113 milhões) que lhe asseguram o direito de uso sobre ativos avaliados em Cz$ 293 milhões (1986, Cz$ 70 milhões).

6. Conciliação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora com os do consolidado

	1987		1986	
	Lucro Líquido Cz$ Mil	Patrimônio Líquido Cz$ Mil	Lucro Líquido Cz$ Mil	Patrimônio Líquido Cz$ Mil
Controladora	5.550.064	40.237.044	1.109.557	8.601.452
Valores contabilizados diretamente no patrimônio das controladas	(155.414)	-	(129.445))	-
Ajustes decorrentes principalmente de resultados não realizados nas transações entre a controladora e as controladas	(81.088)	(84.322)	15.646	(6.934)
Consolidado	5.313.562	40.152.722	995.758	8.594.518

7. Prejuízos ficais compensáveis

A controladora tem prejuízos fiscais, no total de Cz$ 253 milhões, cuja utilização irá expirar em 1990.

8. Dividendo proposto da controladora

PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	1987 Cz$ Mil	1986 Cz$ Mil
Lucro Líquido do Exercício	5.550.064	1.109.557
Reserva Legal	(277.504)	(55.478)
Ajuste de Exercícios Anteriores	13.415	15.676
Lucro Base	5.285.975	1.069.755
Percentual do Lucro Base a ser distribuído	55,87%	62,87%
Dividendo Proposto no Exercício	2.953.496	672.518
Dividendo Distribuído 1.º semestre	(366.828)	(152.845)
Correção Monetária do Dividendo do 1.º semestre	(141.148)	-
Dividendo Proposto 2.º semestre	2.445.520	519.673

De acordo com a Instrução CVM N.º 72, o dividendo antecipado, por conta do resultado do 1º semestre de 1987, foi contabilmente corrigido pela variação da OTN ocorrida entre o mês da distribuição e o mês de encerramento do exercício social. Ainda conforme facultado pela citada Instrução, a administração decidiu pagar o dividendo complementar do exercício de 1987 pelo seu valor corrigido de acordo com a variação da OTN entre a data do balanço e o mês da distribuição.

9. Coberturas de seguros

BEM	MODALIDADE	CONTR. Cz$ Mil	CONS. Cz$ Mil
Imobilizado	Incêndio	5.705.190	21.848.084
Estoques	Incêndio	-	15.172.914

Além das coberturas acima, sempre que necessário, são realizados seguros de transporte de mercadorias, danos pessoais, danos materiais, para resguardar caixa e demais valores e bens próprios ou de terceiros sob responsabilidade da Companhia.

10. Ganhos (perdas) nos itens monetários não remunerados pela correção integral

	Cz$ Mil
Caixa e Bancos	(2.639)
Outras Contas a Receber	(1.245.007)
Contas a Pagar	951.826
Demais Contas	(3.234)
Perda Líquida	**(299.054)**

11. Fundação de previdência privada

A Companhia está ultimando as providências legais junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social para a criação de uma fundação de previdência privada para os funcionários da Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio e da Companhia de Cigarros Souza Cruz. Esta fundação terá um passivo atuarial que será de responsabilidade das empresas mantenedoras.

12. Mudança de prática contábil

Durante 1987 a controlada Tabasa - Tabacos S.A. alterou as seguintes práticas

contábeis: 1) os adiantamentos recebidos de clientes no exterior, os quais até 1986 eram mantidos no passivo pelos valores históricos, passaram a ser atualizados pela variação cambial; e 2) as despesas gerais e administrativas ocorridas nos meses posteriores ao período da safra, as quais até 1986 eram diferidas para os custos da safra do exercício seguinte, passaram a ser apropriadas dentro do exercício. Em conseqüência dessas alterações, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido da Controladora e Consolidado foram reduzidos em Cz$ 268 milhões.

4. Participação em Controladas e Coligadas

				Em 31/12/87	LUCRO	RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		VALOR CONTÁBIL		RECEITAS			CRÉDITOS	
	Capital Realizado (ações/ Quotas)	Participação (ações/ Quotas)	%	Capital Social CZ$ Mil	Patrimônio Líquido Ajustado CZ$ Mil	(PREJUÍZO) AJUSTADO 1987 CZ$ Mil	1987 CZ$ Mil	1986 CZ$ Mil	1987 CZ$ Mil	1986 CZ$ Mil	Pela Cor. Integral 1987 CZ$ Mil	Pela Legislação Societária 1987 CZ$ Mil	1986 CZ$ Mil	31.12.87 CZ$ Mil	31.12.86 CZ$ Mil
FUMO E CIGARROS															
Cia. de Cigarros Souza Cruz	1	1	100,00	1.416.500	9.017.894	2.659.981	2.939.352	758.122	9.017.894	2.016.520	647.394	467.573	59.936	2.219.515	349.881
Tabasa	3.030.800.000	2.121.559.992	70,00	247.711	1.034.890	(275.750)	(175.868)	48.303	724.423	237.514	-	-	-	-	6.783
							2.763.484	806.425	9.742.317	2.254.034	647.394	467.573	59.936	2.219.515	356.664
PAPEL E CELULOSE															
Aracruz Celulose	132.630.281	40.161.525	30,28	3.315.757	28.108.749	5.695.997	1.982.533	327.874	9.349.605	1.800.983	-	-	-	-	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-	-	18.482	-	-	-	-	-	-	-
Belmonte	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-	-	-	-	-
Piraby	1	1	100,00	360.600	3.741.798	214.447	175.183	87.523	3.741.798	836.150	10.779	93.960	441	287.728	22.372
							2.157.716	433.906	13.091.403	2.637.133	10.779	93.960	441	287.728	22.372
SUCOS E PRODUTOS CORRELATOS															
Maguary	382.129.872	360.476.642	94,33	380.973	136.296	(1.742.205)	(1.659.489)	(34.644)	128.572	409.851	115.110	962.190	2.100	2.119.474	52.500
Suvalan	1	1	100,00	117.700	206.881	(357.293)	(332.275)	15.449	206.881	125.587	53.229	370.743	6.487	266.169	46.536
							(1.991.764)	(19.195)	335.453	535.438	168.339	1.332.933	8.587	2.385.643	99.036
APOIO, SERVIÇOS E OUTROS															
Polo	5.379.303.608	2.673.704.454	49,70	5.379	2.362.443	37.283	83.401	14.622	1.174.217	262.247	30.450	137.247	28.557	-	52.293
Bioplanta	64.002.099	55.013.581	85,96	64.002	65.680	(161.214)	(132.964)	(12.905)	56.456	28.641	1.820	19.893	1.894	89.768	(2)
Plurimarca	1	1	100,00	15.675	14.357	(42.787)	(42.174)	(5.098)	14.357	13.017	-	5	-	(13)	233
Souza Cruz Florestal	20.000.000	20.000.000	100,0	118.283	429.344	(17.240)	(17.248)	(7.608)	429.344	93.415	20	205	-	79.987	(6)
Eldocor	3.000	3.000	100,00	5.000	36.079	44.761	46.725	6.890	36.079	7.793	-	-	-	38.010	3.297
Cleb	187.003.500	187.003.500	100,00	78.520	346.534	14.400	12.003	2.001	346.534	78.926	-	-	-	10.913	1.149
Souza Cruz DTVM	8.659.174.00	8.659.173.999	100,00	11.920	186.831	133.815	133.762	867	186.831	12.123	-	-	-	(6)	-
Souza Cruz Trading	1	1	100,00	25.740	238.277	2.081.059	1.985.930	167.883	238.277	25.778	-	-	-	1.141.865	159.866
							2.069.435	166.652	2.482.095	521.940	32.290	157.350	30.451	1.360.524	216.830
Total							4.998.871	1.387.788	25.651.268	5.948.545	858.802	2.051.816	99.415	6.253.410	694.902

A) Os créditos compõem-se basicamente de dividendos a receber e empréstimos para capital de giro. As receitas provêm de aluguéis e de encargos de correção monetária e juros de 12% a.a., incidentes sobre os empréstimos. As empresas do grupo usualmente transacionam entre si, a valores e condições de mercado.

B) Cotação em Bolsa de Valores: A última cotação média por ação da ARACRUZ em dezembro de 1987 na BVRJ foi de Cz$ 220,00, para as ações P.A. e de Cz$ 257,93, para as P.B.; as ações ordinárias não têm sido negociadas em Bolsa. A participação da Companhia é composta de 26,2 % das ações ordinárias, 54,0% das preferenciais classe A e 28,0% das preferenciais classe B. As demais empresas controladas e coligada não são cotadas em Bolsa.

C) Em 17 de setembro de 1986 a Companhia alienou suas participações nas coligadas Vera Cruz Agroflorestal S.A. e Belmonte Empreendimentos S.A.

D) Em 1986 a Companhia alterou as datas base de avaliação da controlada Indústrias Alimentícias Maguary S.A., de 30 de novembro, para 31 de dezembro e da coligada Polo Indústria e Comércio Ltda., de 31 de outubro para 31 de dezembro. Como conseqüência, o lucro líquido e o patrimônio líquido, da controladora e consolidado em 1986, foram diminuídos em Cz$ 9.243 mil.

5. Imobilizado

	31/12/87						31.12.86						
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO			CONTROLADORA			CONSOLIDADO			
	Custo Corrigido Cz$ Mil	Reavaliação Corrigida Cz$ Mil	Total Cz$ Mil	Custo Corrigido Cz$ Mil	Reavaliação Corrigida Cz$ Mil	Total Cz$ Mil	Custo Corrigido Cz$ Mil	Reavaliação Corrigida Cz$ Mil	Total Cz$ Mil	Custo Corrigido Cz$ Mil	Reavaliação Corrigida Cz$ Mil	Total Cz$ Mil	Depreciação %
Custo Corrigido:													
Terrenos	296.660	224.498	521.158	1.033.948	313.330	1.347.278	66.916	51.292	118.208	288.898	82.544	371.442	-
Edifícios	2.655.171	-	2.655.171	4.348.725	602.382	4.951.107	574.567	-	574.567	915.828	139.167	1.054.995	4
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	13.466.831	1.860.961	15.327.792	-	-	-	2.898.843	432.809	3.331.652	10 a 25
Móveis e Utensílios	15.796	-	15.796	1.645.140	-	1.645.140	-	-	-	240.052	-	240.052	10
Veículos	-	-	-	1.454.525	949	1.455.474	-	-	-	281.105	217	281.322	20
Florestas em Formação	-	-	-	466.525	-	466.525	-	-	-	22.371	-	22.371	-
Marcas e Patentes	5.035	-	5.035	15.128	-	15.128	1.151	-	1.151	2.565	-	2.565	16
Imobilizado em Andamento	135.807	-	135.807	1.371.574	-	1.371.574	9.221	-	9.221	192.905	-	192.905	-
Total	3.108.469	224.498	3.332.967	23.802.396	2.777.622	26.580.018	651.855	51.292	703.147	4.842.567	654.737	5.497.304	
Depreciação Acumulada	1.119.287	-	1.119.287	12.767.927	1.137.349	13.905.276	231.439	-	231.439	2.650.489	234.610	2.885.099	
Imobilizado Líquido	1.989.182	224.498	2.2136.680	11.034.469	1.640.273	12.674.742	420.416	51.292	471.708	2.192.078	420.127	2.612.205	

APÊNDICE 6
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 – R$ MILHÕES

	CORREÇÃO INTEGRAL				LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO			
CONTROLADORA						
ATIVO						
	31.12.97	**31.12.96**	**31.12.97**	**31.12.96**	**31.12.97**	**31.12.96**
CIRCULANTE:						
Caixa e Bancos	120,6	108,5	120,6	100,7	119,8	95,2
Aplicações Financeiras	87,2	43,4	86,9	40,3	-	-
TOTAL DISPONÍVEL	207,8	151,9	207,5	141,0	119,8	95,2
Clientes	107,6	85,8	107,3	79,4	50,6	69,8
Empréstimos a Agricultores	18,3	21,7	18,3	20,1	18,3	20,1
Adiantamentos sobre Cambiais	-	-	-	-	(18,4)	(8,0)
Provisão para Devedores Duvidosos	(6,6)	(4,8)	(6,6)	(4,5)	(6,6)	(4,3)
Adiantamentos	20,7	25,6	20,6	22,9	20,6	22,2
Contas a Receber por Venda de Ativo Permanente	71,3	3,7	71,3	3,4	71,4	3,4
Dividendos e Outras Contas a Receber de Controladas	12,3	8,7	12,3	7,8	29,5	6,2
Outras	7,8	13,0	8,1	12,1	7,6	11,7
TOTAL CONTAS A RECEBER	231,4	153,7	231,3	141,2	173,0	121,1
Produtos Acabados e em Elaboração	200,2	160,8	182,2	127,7	177,1	114,2
Matérias-Primas	228,2	318,5	204,2	216,2	204,2	213,0
Materiais Diversos	44,9	54,0	39,3	44,0	28,8	30,6
TOTAL ESTOQUES	473,3	533,3	425,7	386,9	410,1	357,8
Tributos a Recuperar	17,2	23,9	17,2	22,3	9,3	16,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6,8	4,9	6,8	5,1	3,5	3,5
Títulos e Valores Mobiliários	881,1	720,2	878,4	667,3	215,6	469,0
Impostos e Despesas Antecipadas	11,7	12,2	11,3	11,0	11,3	10,8
TOTAL DO CIRCULANTE	1.829,3	1.600,1	1.778.2	1.374,8	942,6	1.073,6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:						
Imposto de Renda e Contribuição Social	35,7	59,8	35,7	55,5	35,7	52,7
Tributos a Recuperar	28,2	32,4	28,2	30,1	28,2	27,7
Estoques	73,7	35,0	63,4	22,4	63,4	22,4
Títulos e Valores Mobiliários	-	54,7	-	47,6	-	47,6
Depósitos Judiciais	9,3	6,5	9,3	6,0	9,3	6,0
Depósitos para Investimentos em Incentivos Fiscais	13,1	9,6	13,1	8,9	8,6	5,2
Outros	2,3	3,5	2,3	3,3	2,7	2,6
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	162,3	201,5	152,0	173,8	147,9	164,2
PERMANENTE:						
Empresas Controladas	-	-	-	-	457,6	354,6
Outros	9,4	8,6	8,2	7,3	4,6	4,4
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	9,4	8,6	8,2	7,3	462,2	359,0
Terrenos	41,9	35,8	35,1	29,7	35,1	29,7
Edifícios	200,0	178,1	172,5	152,2	172,5	131,2
Máquinas e Equipamentos	714,6	761,3	615,8	648,4	613,9	535,4
Veículos	52,0	56,0	44,7	47,8	44,6	46,5
Imobilizado em Andamento	46,5	133,9	45,2	118,4	45,2	114,6
Outros	139,4	127,9	123,9	109,5	122,7	100,7
Reavaliação	2,7	47,2	2,3	40,1	2,3	2,3
Depreciação Acumulada	(598,2)	(698,2)	(515,0)	(596,7)	(513,7)	(460,7)
TOTAL DO IMOBILIZADO	598,9	642,0	524,5	549,4	522,6	499,7
Diferido	8,7	8,0	8,0	6,9	7,9	6,2
TOTAL DO PERMANENTE	617,0	658,6	540,7	563,6	992,7	864,9
TOTAL DO ATIVO	2.608,6	2.460,2	2.470,9	2.112,2	2.083,2	2.102,7

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 – R$ MILHÕES

	CORREÇÃO INTEGRAL				LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO			
CONTROLADORA						
PASSIVO						
	31.12.97	**31.12.96**	**31.12.97**	**31.12.96**	**31.12.97**	**31.12.96**
CIRCULANTE:						
Fornecedores	28,5	26,3	28,5	24,4	68,0	29,9
Encargos Sociais	43,5	42,0	43,5	39,0	43,5	37,3
IPI a Recolher	89,6	81,1	89,6	75,3	89,6	75,2
Outros Impostos a Recolher	172,8	156,2	172,8	145,0	172,7	143,9
Financiamentos	470,4	337,2	470,4	313,0	33,4	77,2
Remuneração aos Acionistas	154,6	154,7	154,6	143,6	154,6	143,6
Outras Contas a Pagar	123,6	104,4	123,2	96,6	12,4	50,5
Imposto de renda	0,4	3,1	0,4	2,9	-	-
Provisões	25,8	36,6	25,8	34,0	25,8	33,4
TOTAL DO CIRCULANTE	1.109,2	941,6	1.108,8	873,8	600,0	591,0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:						
Empréstimos de Controlada, Contas a Pagar e Outros	21,0	19,0	21,0	17,6	204,0	359,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	130,0	167,5	85,6	93,7	21,9	22,2
TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	151,0	186,5	106,6	111,3	225,9	381,5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:						
Capital Realizado Atualizado	569,4	569,4	466,4	466,4	466,4	466,4
Reserva de Incentivos Fiscais	78,6	48,8	70,8	41,6	70,8	41,6
Reserva de Ágio na Subscrição	1,3	1,3	1,1	1,1	1,1	1,1
Reserva Especial – Lei 8.200	170,4	170,4	144,9	144,9	144,9	144,9
TOTAL DAS RESERVAS DE CAPITAL	250,3	220,5	216,8	187,6	216,8	187,6
Reserva Legal	58,5	58,5	49,7	49,7	49,7	49,7
Reserva para Investimentos	205,9	470,9	175,0	175,0	175,0	175,0
Reserva na Venda de Imóveis	2,2	2,2	1,9	1,9	1,9	1,9
TOTAL DAS RESERVAS DE LUCROS	266,6	531,6	226,6	226,6	226,6	266,6
Lucros Acumulados	262,1	10,6	345,7	246,5	347,5	249,6
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.348,4	1.332,1	1.255,5	1.127,1	1.257,3	1.130,2
Resultados não Realizados	1,5	2,0	1,8	3,1	-	-
Patrimônio Líquido da Controladora	1.349,9	1.334,1	1.257,3	1.130,2	1.257,3	1.130,2
TOTAL DO PASSIVO	2.608,6	2.460,2	2.470,9	2.112,2	2.083,2	2.102,7

DE MONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 – R$ MILHÕES

	CORREÇÃO INTEGRAL			LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO			
CONTROLADORA						
	1997	**1996**	**1997**	**1196**	**1997**	**1996**
RECEITA BRUTA	6.322,4	6.706,4	6.127,8	6.035,8	5.944,3	5.839,2
Imposto sobre Produtos Industrializados	2.534,6	2.741,1	2.464,0	2.467,6	2.461,9	2.464,0
Outros Impostos e Encargos	1.819,9	1.986,6	1.774,7	1.786,3	1.770,4	1.779,3
TOTAL DE IMPOSTOS	4.354,5	4.727,7	4.238,7	4.253,9	4.232,3	4.243,3
RECEITA LÍQUIDA	1.967,9	1.978,7	1.889,1	1.781,9	1.712,0	1.595,9
CUSTO DAS VENDAS	1.039,5	1.119,3	905,3	843,9	869,0	799,3
RESULTADO BRUTO	928,4	859,4	983,8	938,0	843,0	796,6
Vendas, Distribuição e Publicidade	337,1	328,6	327,1	295,8	312,4	276,7
Administrativas e Gerais	325,4	325,1	316,4	294,4	303,6	280,8
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	662,5	653,7	643,5	590,2	616,0	557,5
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	(30,8)	(23,5)	31,5	43,3	(3,5)	(2,0)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,1	(2,9)	0.1	(0,4)	168,5	175,2
LUCRO OPEACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	235,2	179,3	371.9	390,7	392,0	412,3
RECEITAS FINANCEIRAS	101,2	113,0	76.9	79,6	76,8	61,0
DESPESAS FINANCEIRAS						
Juros sobre o Patrimônio Líquido	111,5	173,6	110,1	160,4	110,1	160,4
Outras Despesas Financeiras	43,2	37,8	32,8	50,1	42,9	52,5
LUCRO OPERACIONAL	181,7	80,9	305,9	259,8	312,8	260,4
Resultado não Operacional	12,4	(39,9)	19,3	(20,0)	18,6	(19,9)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	194,1	41,0	325,2	239,8	331,4	240,5
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (EXERCÍCIO E DIFERIDO)	(2,5)	(5,0)	41,5	50,9	47,6	45,5
LUCRO LÍQUIDO	196,6	46,0	283,7	188,9	283,8	195,0
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	111,5	173,6	110,1	160,4	110,1	160,4
LUCRO APÓS A REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	308,1	219,9	393,8	349,3	393,9	355,5
Valores Registrados Diretamente no Patrimônio Líquido das Controladas	1,5	(4,1)	1,4	3,1	-	-
Resultados não Realizados	(0,6)	2,0	(1,3)	3,0	-	-
LUCRO DA CONTROLADORA	309,0	217,5	393,9	355,4	393,9	355,4
LUCRO POR AÇÃO EM R$	1,01	0,72	1,29	1,14	1,29	1,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$	4,41	4,36	4,11	3,69	4,11	3,70

DE MONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 – R$ MILHÕES

	CORREÇÃO INTEGRAL				LEGISLAÇÃO SOsocietária	
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO			
CONTROLADORA						
	1997	**1996**	**1997**	**1196**	**1997**	**1996**
ORIGENS:						
Lucro Líquido do Exercício	308,1	219,6	393,8	349,3	393,9	355,4
Itens que não Afetam o Capital Circulante:						
Resultado de Equivalência Patrimonial	(0,1)	2,9	(0,1)	0,4	(168,5)	(175,2)
Depreciações e Amortizações	105,5	107,9	91,4	99,2	89,4	81,3
Resultado na Baixa de Ativo Permanente	(8,6)	46,6	(15,5)	25,7	(14,9)	25,7
Imposto de Renda e Contribuição Social a Longo Prazo	(15,1)	(16,5)	4,6	5,7	15,5	12,5
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Atualização do Patrimônio Líquido	(23,9)	(40,9)	-	-	-	-
Juros e Variações Monetárias (ativos e passivos) de Longo Prazo	(0,8)	-	0,3	-	47,1	57,8
Outros	-	3,4	-	3,0	0,8	3,0
TOTAL ORIUNDO DAS OPERAÇÕES	365,1	323,0	474,5	483,3	363,3	360,5
Dividendos de Coligada e Controladas	-	10,2	-	8,6	12,0	67,6
Valor da Venda de Ativo Permanente	75,8	279,0	75,4	251,1	74,5	251,0
Redução (Aumento) em Outras Contas do Realizável a Longo Prazo	56,1	6,4	49,6	(1,1)	44,6	0,6
Aumento do Exigível a Longo Prazo	2,6	3,8	2,5	4,7	2,5	4,6
Empréstimos com Controladas e Coligada – Líquido	-	-	-	-	(205,4)	11,4
Incentivos Fiscais	26,2	-	25,7	-	26,2	-
TOTAL DAS ORIGENS	525,8	622,4	627,7	746,6	317,7	695,7
APLICAÇÕES:						
Dividendos, Juros sobre o Patrimônio Líquido e Restituição do Capital – Distribuídos e Propostos	299,3	473,2	296,1	436,7	296,1	436,7
Aumento de Estoques do Longo Prazo	38,6	(31,3)	41,0	4,0	41,0	4,0
Adições do Ativo Permanente	126,3	137,7	122,2	127,9	120,6	128,5
TOTAL DAS APLICAÇÕES	464,2	579,6	459,3	568,6	457,7	569,2
Aumento (Redução) do Capital Circulante	61,6	42,8	168,4	178,0	(140,0)	126,5
TOTAL	525,8	622,4	627,7	746,6	317,7	695,7
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE:						
Aumento (Redução) do Ativo Circulante	229,2	270,3	403,4	445,0	(131,0)	305,0
(Aumento) Redução do Passivo Circulante	(167,6)	(227,5)	(235,0)	(267,0)	(9,0)	(178,5)
Aumento (Redução) do Capital Circulante	61,6	42,8	168,4	178,0	(140,0)	126,5

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONSOLIDADEO (CORREÇÃO INTEGRA) E DA CONTROLADORA (LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 - R$ MILHÕES (EXCETO VALORES POR AÇÃO)

		CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE COLIGADAS		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	
		Correção Integral	Lei S/A	Correção Integral	Lei S/A	Correção Integral	Lei S/A	Correção Integral	Lei S/A	Correção Integral	Lei S/A
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 1996		**832,3**	**707,4**	**217,9**	**185,3**			**531,6**	**226,6**	**38,2**	**89,1**
Restituição de Capital	(R$ 0,7884 por ação)	(262,9)	(241,0)								
Incentivos Fiscais				2,6	2,3						
Reserva de Reavaliação de Ativos Próprios						0,9	0,8				
Realização Reserva de Reavaliação						(0,9)	(0,8)			0,9	0,8
Reversão Dividendos Propostos										47,6	40,7
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Atualização do Patrimônio Líquido											
Atualização do Patrimônio Líquido										(40,9)	
Valores Registrados Diretamenteno Patrimônio Líquido das Controladas										3,1	
Lucro Líquido do Exercício										219,6	355,4
DESTINAÇÕES:											
Dividendo 1º Trimestre	(R$ 0,1330 por ação)									(46,3)	(40,7)
Juros sobre o Patrimônio Líquido 1º Semestre	(R$ 0,1746 por ação)									(58,3)	(53,4)
Dividendo 2º Trimestre	(R$ 0,1155 por ação)									(38,0)	(35,3)
Juros sobre o Patrimônio Líquido 2º Semestre	(R$ 0,3500 por ação)									(115,3)	(107,0)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996		**569,4**	**466,4**	**220,5**	**187,6**			**531,6**	**226,6**	**10,6**	**249,6**
Incentivos Fiscais				29,8	29,2						
Reserva de Reavaliação de Ativos Próprios						0,1	0,1			0,1	0,1
Realização Reserva de Reavaliação						(0,1)	(0,1)			265,0	
Reseva para Investimentos								(265,0)		(23,9)	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Atualização do Patrimônio Líquido											
Valores Registrados Diretamente no Patrimônio Líquido das Controladas										1,5	
Lucro Líquido do Exercício										308,1	393,9
DESTINAÇÕES:											
Dividendo 1º Trimestre	(R$ 0,2532 por ação)									(79,2)	(77,4)
Juros sobre o Patrimônio Líquido 1º Semestre	(R$ 0,1901 por ação)									(59,5)	(58,1)
Dividendo Proposto	(R$ 0,3552 por ação)									(108,6)	(108,6)
Juros sobre o Patrimônio Líquido 2º Semestre	(R$ 0,1700 por ação)									(52,0)	(52,0)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997		**569,4**	**466,4**	**250,3**	**216,8**			**266,6**	**226,6**	**262,1**	**347,5**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 e 1996

- VALORES EM R$ MILHÕES

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras pela Legislação Societária são apresentadas para atender a Instrução CVM N° 248 de 29.03.96 e os artigos 4° e 5° da Lei 9.249/95 de 27.12.95, a qual revoga a correção monetária das demonstrações financeiras a partir de 1° de janeiro de 1996. As informações referentes a 1996 estão apresentadas a valores históricos, com o ativo permanente e o patrimônio líquido corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995; as apresentadas pela correção integral são baseadas naquelas demonstrações em consonância com os critérios de conversão e demais conceitos contidos na Instrução CVM N° 191 de 15.07.92 e Parecer de Orientação CVM N° 29 de 11.04.96, os cujas consistem principalmente do seguinte:

- todas as contas do balanço e do resultado foram convertidas segundo a variação do IGP-M no ano de 1997 e 1996 e traduzidas para real em 31.12.97, considerada a variação do IGP-M até dezembro/1997;
- as adições ao ativo permanente e patrimônio líquido, estoques e aos demais ativos e passivos não-monetários foram atualizadas segundo a , variação do IGP-M a partir do mês da adição;
- os ganhos e perdas nos itens monetários estão alocados diretamente às contas de

resultado a eles vinculadas; aqueles sem vinculação direta estão apresentados como "Outros Resultados Operacionais".

2. PRINCÍPIOS CONTÀBEIS

Nas Demonstrações Financeiras pela legislação societária bem como pela correção integral, a avaliação dos estoques é feita pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não excede valor de mercado. O cálculo da depreciação do Imobilizado é feito pelo método linear, sendo as seguintes as taxas de depreciação anual: edifícios, 4%; máquinas e equipamentos, 10 a 25%; veículos, 20%.

Os juros sobre o patrimônio líquido foram contabilizados como despesas financeiras em função de regulamentação específica da Lei 9.249/95 de 27.12.95, e revertido nos registros mercantis, conforme evidenciado na demonstração do resultado, de forma a atender a DELIBERAÇÃO CVM N° 207, de 13.12.96. A redução do imposto de renda de R$ 36,3 sobre esta remuneração, está incluída na rubrica "Tributação no Exercício".

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações para o exercício findo em 31 de dezembro das empresas controladas apresentadas na Nota 3, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM N° 247 de 27.03.96.

Os demais princípios contábeis adotados estão divulgados em conjunto com as notas explicativas específicas.

	Participação 31.12.97	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro/ (Prejuízo) Ajustado		Resultado de Equivalência Patrimonial		Valor Contábil		Receitas/ (Despesas e Custos)		Créditos/ (Obrigações)	
EMPRESAS	%	**31.12.97**	**31.12.96**	**1997**	**1996**	**1997**	**1996**	**31.12.97**	**31.12.96**	**1997**	**1996**	**31.12.97**	**31.12.96**
CONTROLADAS													
Souza Cruz Trading S.A.	100,0	440,6	269,3	170,0	170,6	171,3	172,4	440,6	269,3	73,8	76,0	(31,7)	(29,4)
Cia. Industrial de Papel Pirahy	100,0	-	69,8	(3,8)	0,3	(3,8)	0,3	-	69,8	(59,8)	(68,5)	-	0,4
Eldocor Corret. de Seg. S.A.	100,0	2,0	1,5	0,5	0,2	0,5	0,2	2,0	1,5	-	-	(0,4)	-
Souza Cruz DTVM S.A.	100,0	12,8	12,3	0,5	2,7	0,5	2,9	12,8	12,3	-	-	-	-
Yolanda Participações S.A.	99,9	2,2	1,7	-	(0,6)		(0,6)	2,2	1,7	-	-	0,3	0,2
TOTAL						168,5	175,2	457,6	354,6	14,0	7,5	(31,8)	(28,8)

NOTAS:

- A data-base de avaliação é 31 de dezembro;
- Créditos: dividendos a receber e empréstimos para capital de giro na forma de contrato de mútuo. Despesas/Custos: encargos de contrato de mútuo e custo de produtos e serviços vendidos. As empresas do Grupo usualmente transacionam entre si, com vendas de mercadorias destinadas ao mercado interno, bem como outras transações, sempre a valores e condições de mercado;
- Os contratos de mútuo nacionais são atualizados com juros de 12% ao ano, e os do exterior pela Taxa LIBOR com acréscimo de 3%, média de 9% ao ano (17% em 1996), com correção cambial;
- Em maio de 1997 a **Souza Cruz** alienou o restante das suas ações preferenciais da classe "A" da Aracruz Celulose (lucro de R$ 0,4 pela correção integral e R$ 0,6 pela legislação societária);
- Em dezembro de 1997 a **Souza Cruz** vendeu a controlada Companhia Industrial de Papel Pirahy apurando um lucro de R$ 10,1 pela legislação societária (R$ 2,8 pela correção integral) após os efeitos fiscais.

Os efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 1997, em razão desta venda, são os seguintes:

	Correção Integral	Legislação Societária
Redução no Ativo Circulante	16,9	15,9
Redução no Ativo Realizável a Longo Prazo	17,7	17,5
Redução de Ativos Permanentes	52,0	42,6
Redução no Passivo Circulante	22,0	22,0
Redução no Passivo Exigível a Longo Prazo	3,1	-

4. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é composto de 305.690.100 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

5. GARANTIAS PRESTADAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES

A **Souza Cruz** tem compromissos junto aos bancos, na forma de avais aos agricultores, provenientes de operações de crédito rural, no valor total de R$ 129, vencíveis até o ano de 2002, os quais serão quitados pelos agricultores através de fornecimento de fumo.

6. IMPOSTO DE RENDA

Em 31 de dezembro de 1997 a Souza Cruz S.A. e suas controladas tinham prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar, ambas sem prescrição, no montante de R$ 71,7 (1996 - R$ 118,1) e R$ 52,5 (1996 - R$ 64,9), respectivamente. Sobre este valor foi contabilizado imposto de renda diferido ativo. O total da opção por incentivos fiscais foi de R$ 3,3 em 1997 e R$ 5,9 em 1996.

7. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Legislação Societária - 1997		R$ milhões	R$ por ação
Lucro Liquido da Controladora		393,9	1,2886
Remuneração:			
Dividendos - 1° Semestre		77,4	0,2532
Dividendos Propostos		108,6	0,3552
Juros sobre o Patrimônio Líquido - 1° Semestre	(Imposto de Renda incidente - RS 8,7 milhões)	58,1	0,1901
Juros sobre o Patrimônio Líquido - Proposto	(Imposto de Renda incidente - RS 7,8 milhões)	52,0	0,1700
Total da Remuneração		296,1	0,9685

8. COBERTURA DE SEGUROS

Face à natureza de suas atividades, à descentralização das suas instalações fabris e às medidas preventivas adotadas permanentemente, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de "perda máxima provável", o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento.

Dentro deste conceito, em 31 de dezembro de 1997 os ativos consolidados da Companhia apresentam-se segurados contra sinistros pelo, valor total de R$ 367.

9. LEGISLAÇÃO SOCIETÀRIA (INSTRUÇÃO CVM N°201/93)

Reconciliação entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido pela "Legislação Societária" e pela "Correção Integral" para o exercício de 1997:

		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela Legislação Societária		393,8	1.255,5	393,9	1.257,3
- Atualização dos estoques:.....	31.12.97	57,5	57,9	57,1	57,1
	31.12.96	(125,6)	-	(124,4)	-
- Equivalência Patrimonial		-	-	(21,0)	2,7
- Efeito da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		44,1	(44,4)	35,9	(43,8)
- Atualização do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido		(62,5)	76,3	(41,3)	75,6
- Outros, Líquidos		0,8	3,1	1,1	1,0
Pela Correção Integral		308,1	1.348,4	301,3	1.349,9

Reconciliação entre o lucro Líquido e o Patrimônio Líquido pela "Legislação Societária" e pela "Correção Integral" para o exercício de 1996:

		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela Legislação Societária		349,3	1.127,1	355,4	1.130,2
Valores Atualizados para 1997		376,4	1.214,4	382,9	1.217,8
- Atualização dos Estoques:.....	31.12.96	125,6	125,6	124,4	124,4
	31.12.95	(276,7)	-	(274,8)	-
- Equivalência Patrimonial		(2,2)	0,4	(3,0)	1,4
- Efeito da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		44,1	(42,2)	43,7	(41,6)
- Atualização do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido (líquido do efeito das provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social)		(53,6)	30,5	(53,6)	30,5
- Outros, Líquidos		6,0	3,4	(2,1)	1,6
Pela Correção Integral		219,6	1.332,1	217,5	1.334,1

Base de cálculo e montante do Imposto de Renda e Contribuição Social para os exercícios de 1997 e 1996:

	1997		1996	
CONTROLADORA – LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da Tributação	331,4	331,4	240,5	240,5
Adições e Exclusões:				
Equivalência Patrimonial	(168,5)	(168,5)	(175,2)	(175,2)
Contribuição Social	-	-	(14,9)	-
Itens Permanentes (Liquido):				
Juros sobre o Patrimônio Liquido	-	-	-	160,4
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	51,9	52,7
Outros	6,0	(71,5)	(7,9)	6,8
Lucro Tributável	168,9	91,4	94,4	285,2
Alíquota	25,0%	8,0%	25,0%	7,41%
Tributação	42,2	7,3	23,6	21,1
Tributação Operações Especificas	-	-	0,8	-
Incentivos Fiscais	(1,9)	-	-	-
Total da Tributação	40,3	7,3	24,4	21,1
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social	47,6		45,5	

10. FUNDAÇÃO ALBINO SOUZA CRUZ

À Fundação Albino Souza Cruz tem como patrocinadora a Companhia, tendo por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos seus empregados através do plano "Benefício Definido".

A Fundação tem passivo atuarial, não provisionado pela patrocinadora, calculado pelo método de capitalização crédito unitário, no valor de R$ 117,5 (líquido dos ativos já constituídos de R$ 72,1), o qual é de responsabilidade da patrocinadora e está sendo quitado pelo prazo de 20 anos, até 2008.

A partir de abril de 1997 a Fundação implementou outra modalidade de plano, denominada "Contribuição Definida", na qual tanto empresa quanto empregados são contribuintes.

Em 1997 a patrocinadora recolheu a favor da Fundação a título de contribuições, custos de pensões e amortização do passivo atuarial o montante de R$ 19,5 (R$ 16,8 em 1996).

Com base na avaliação atuarial de 31.12.97, a patrocinadora recolherá em 1998 a favor da Fundação o percentual de 9,49% da folha salarial do ano (9,52% em 1997).

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (INSTRUÇÃO CVM Nº 235/95)

Souza Cruz utiliza instrumento financeiro derivativo através de SWAP de taxas de juros com o único objetivo de proteção de seus investimentos. Todas as operações, inclusive as de SWAP, estão integralmente contabilizadas e são restritas a aplicações em títulos de renda fixa em instituições que atendam a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerências periodicamente revisados.

O valor contábil dos instrumentos financeiros relativos aos demais ativos e passivos eqüivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.